

PREGÃO ELETRÔNICO

005/2026

CONTRATANTE (UASG)

996612- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

OBJETO

Contratação de serviços contínuos, por empresa especializada em administração de mão de obra terceirizada, para a prestação de serviços de servente de limpeza, copeiro(a), recepcionista e operador de som e imagem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 683.574,68 (seiscentos e oitenta e três mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupos de itens

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 10	
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9. DO TERMO DE CONTRATO	20
10. DOS RECURSOS	21
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

(Processo Administrativo nº 9079612110001096.000014/2025-83)

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ, por meio do Setor de Licitações e Contratos sediado na R. Avertano Rocha, 392 - Campina, Belém - PA, 66023-120, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos, por empresa especializada em administração de mão de obra terceirizada, para a prestação de serviços de servente de limpeza, copeiro(a), recepcionista e operador de som e imagem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

1.3. *Para fins de atendimento à Súmula nº 247 do TCU, os itens foram organizados em quatro grupos (lotes), com o objetivo de ampliar o universo de licitantes, evitando qualquer prejuízo ao conjunto ou complexo a ser contratado e resguardando a manutenção da economia de escala.*

1.4. *A propósito, transcreve-se o teor da referida súmula:*

1.4.1 *Súmula nº 247/TCU: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”*

1.5. *Cumpre destacar que a presente opção pela divisão em grupos encontra amparo não apenas na Súmula 247/TCU, mas também no disposto no art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não restringirá a competitividade do certame nem resultará em perda da economia de escala.*

1.6. *Ademais, ressalta-se que a natureza dos serviços objeto desta contratação justifica o critério adotado, pois a concentração em grupos permitirá maior economicidade para a Administração, além de proporcionar eficiência na execução e no controle contratual, tendo em vista a contratação de uma única empresa para serviços com forte grau de interdependência.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 *sociedades cooperativas*;

2.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11 *peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.10.11.1 *O art. 15 da lei n. 14.133/2021 conferiu discricionariedade ao ente administrativo para dispor sobre a questão em seus instrumentos convocatórios.*

2.10.11.2 *É assente na jurisprudência das Cortes de Contas do país que a admissão de consórcios em certames deve ser realizada para aqueles que visam a contratação de obras e serviços que envolvam grande vulto econômico e elevada complexidade técnica, funcionando a “junção de esforços” como uma forma de garantir que o interesse público seja satisfeito da melhor forma possível. Tanto é verdade que o Tribunal de Contas da União já se manifestou em seu Acórdão n.º. 22/2003-Plenário, nos seguintes termos:*

2.10.11.2.1 *A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questão de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Na prestação de serviços comuns, é da discricionariedade do gestor a possibilidade de participação ou não de consórcios.*

2.10.11.3 *Este não é o caso do objeto que se busca licitar, haja vista que os serviços licitados podem ser considerados comuns de mercado, sem qualquer complexidade técnica que remonte a necessidade de junção de esforços para que o interesse público possa ser satisfeito.*

2.10.11.4 *É importante frisar que a vedação à participação de empresas em consórcio não tem o condão de restringir à competitividade, mas, ao contrário, aumentá-la, ao passo que haverá um maior número de empresas participando individualmente, o que ocasiona um acaloramento competitivo entre os licitantes.*

2.6.12 *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;*

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário, mensal e anual total do item de cada grupo;*

5.1.2 *Quantidade cotada;*

5.1.3 *CCT utilizada;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte só poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional referente ao grupo IV.*

5.8. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional para os grupos I, II e III, visto que os grupos possuem serviços prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.16. *Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.*

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 (um centésimo)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. *Deverá a empresa, caso enquadrada como microempresas e empresas de pequeno porte, enviar declaração de que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.2 empresas brasileiras;

6.25.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.26. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.27.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.27.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.27.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para os respectivos grupos, com vistas a assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que, para fins de composição do valor estimado da contratação, foram consideradas as convenções coletivas de trabalho vigentes aplicáveis à categoria profissional no município de Belém/PA.

7.8. As convenções coletivas utilizadas como parâmetro para estimativa dos custos não possuem caráter vinculativo para fins de formulação das propostas pelas licitantes. Contudo, durante a execução contratual, será exigido o fiel cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho efetivamente adotados pela contratada, observados os custos mínimos estabelecidos pela Administração.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1 conter vícios insanáveis;

7.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3 apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.11.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.12.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.12.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme valores orçados no item 1.1 do TR*;

7.12.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.23.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.23.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.23.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.23.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que

daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia física e/ou digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.10.1 *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através dos e-mails: pregoeira@crcpa.org.br, com cópia para: administrativo@crcpa.org.br, compras@crcpa.org.br e licitacao@crcpa.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

8.10.2 *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02** (duas) horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.*

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://crcpa.org.br/licitacoes>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregoeiro@crcpa.org.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://crcpa.org.br/licitacoes>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Anexo II - Termo de Ciência e concordância
 - 13.11.1.3. Apêndice do Anexo I - Anexo III - Instrumento de Medição De Resultados (IMR)
 - 13.11.1.4. Apêndice do Anexo I - Anexo IV - Declaração De Vistoria
 - 13.11.1.5. Apêndice do Anexo I - Anexo V - Declaração De Não Vistoria
 - 13.11.1.6. Apêndice do Anexo I - Anexo VI - Declaração Por Não Ultrapassar A Receita Bruta Máxima Admitida Para Enquadramento Como Epp, No Exercício, Em Contratos Firmados Com A Administração Pública.
 - 13.11.1.7. Apêndice do Anexo I - Anexo VIII - Modelo De Declaração De Idoneidade E Ausência De Fatos Impeditivos
 - 13.11.2 *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato*
 - 13.11.3 *Anexo III – modelo de planilha analítica*

13.11.4 *Anexo IV – modelo de planilha resumo de proposta*

13.11.5 *Anexo V – Layout do CRCPA*

AILTON RAMOS CORREA JUNIOR

Presidente do CRCPA





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ
Rua Avertano Rocha, 392, - Bairro Comércio, Belém/PA, CEP 66023-120
Telefone: (91) 3202-4150 - www.crcpa.org.br E-mail: crcpa@crcpa.org.br

NLL – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Processo nº 9079612110001096.000014/2025-83

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 SERVIÇOS SEM E COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ (CRCPA)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa especializada em administração de mão de obra terceirizada para prestação de serviços de SERVENTE DE LIMPEZA, COPEIRO(A), RECEPCIONISTA(A), E OPERADOR DE SOM E IMAGEM, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e demais que integram ao processo.

GRUPO I	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 anos)
1	SERVENTE DE LIMPEZA	5143-20	UND	2	R\$ 7.300,09	R\$ 14.600,18	R\$ 350.404,48
2	SERVENTE DE LIMPEZA (por demanda)	5143-20	HORA	192	R\$ 34,24	Por demanda	R\$ 13.148,16
VALOR TOTAL							R\$ 363.552,64

GRUPO II	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 anos)
3	COPEIRO(A)	5134-25	UND	1	R\$ 5.663,55	R\$ 5.663,55	R\$ 135.925,20
4	COPEIRO(A) (por demanda)	5134-25	HORA	192	R\$ 26,59	Por demanda	R\$ 10.209,28
VALOR TOTAL							R\$ 146.134,48

GRUPO III	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 anos)
5	RECEPCIONISTA	4221-05	UND	1	R\$ 6.722,01	R\$ 6.722,01	R\$ 161.328,21
VALOR TOTAL							R\$ 161,328,21

GRUPO IV	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 anos)
6	OPERADOR(A) DE SOM E IMAGEM (por demanda)	3731-05	HORA	192	R\$ 32,70	Por demanda	R\$ 12.559,36
VALOR TOTAL							R\$ 12.559,36

1.2. Os serviços são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos para os grupos I a IV, contados da data de emissão da Ordem de serviço, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 A emissão da Ordem de Serviço referente aos grupos I a IV ocorrerá em até **60 (sessenta) dias úteis** contados da **adjudicação da licitação**.

1.4. Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista que há a necessidade permanente da prestação deste ao CRCPA, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo sua contratação necessária para mais de um exercício financeiro.

1.5. Além de contínuos, estes serviços são classificados como serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme o art. 6º, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o modelo contratual proposto requer a permanência dos empregados nas dependências do CRCPA para a prestação dos serviços para os itens 1, 3 e 5 dos grupos I, II e III, e como serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra para os itens 2, 4 e 6 dos grupos I, II e IV.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação de terceirizados está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA) item 16, 17, 18 e 19 – Portaria CRCPA 60/2025, devidamente publicada no sítio eletrônico desta entidade, alinhando-se aos objetivos do planejamento estratégico e cumprimento das obrigações legais.

2.3. A previsão orçamentária para a contratação de terceirizados foi incluída no orçamento anual, de modo a garantir que os recursos estejam disponíveis para a execução da contratação, conforme resolução CRCPA Nº 479, de 29 de outubro de 2025.

2.4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos

3.1. Além daqueles previstos em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, a empresa contratada:

3.1.1 Será responsável por garantir a pronta reposição de qualquer profissional ausente. Em caso de ausência do prestador de serviço ou outro impedimento definitivo ou temporário, por solicitação pelo CRCPA, a empresa deverá providenciar a substituição do colaborador em até 2 horas, garantindo a continuidade das atividades sem prejuízo para a execução dos serviços, sob pena de glosa em pagamento e outras penalidades que se aplicarem;

3.1.2 As solicitações dos prestadores de serviço por demanda serão realizadas em até 48 h antes do atendimento da necessidade;

3.2. A empresa a ser contratada deve estar devidamente habilitada para o exercício da atividade, possuindo todas as licenças e certificações exigidas pelas legislações vigentes, garantindo a regularidade de sua atuação.

3.3. A empresa deverá alocar pessoal qualificado e adequado à execução dos serviços, com foco na qualidade dos resultados e no cumprimento das especificações contratuais. Os profissionais deverão ser capacitados para atuar de forma eficiente, respeitando as normas de segurança e boas práticas na prestação dos serviços.

3.4. A empresa contratada para os serviços de mão de obra exclusiva deverá garantir que todos os profissionais disponibilizados para a execução dos serviços tenham seus direitos trabalhistas assegurados, em conformidade com as disposições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente à época da contratação e suas atualizações, bem como com a legislação trabalhista e previdenciária aplicável.

3.5. A empresa contratada para os serviços de mão de obra exclusiva deverá comprovar, sempre que solicitado pelo Contratante, o cumprimento das obrigações previstas na CCT ou ACT aplicável à categoria, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de salários, benefícios e demais encargos legais, conforme a legislação vigente.

3.6. O Decreto 12.174/24 estabelece novas regras para trabalhadores terceirizados na administração pública federal, como serviços de segurança, limpeza e obras de engenharia e deverão ser obedecidas.

3.7. Os serviços serão executados por trabalhadores contratados com dedicação exclusiva e por demanda, sem dedicação exclusiva, observando-se o disposto no Decreto nº 12.174/2024, especialmente quanto à observância do piso regional ou da categoria profissional, optando-se sempre pelo mais vantajoso ao trabalhador.

3.8. Além dos pontos acima, o contratado deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

3.9. Em observância à Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, a Contratada só poderá utilizar os dados pessoais de terceiros que tem acesso apenas para o posto que ocupa, desautorizando a se favorecer e favorecer a terceiros, assim como, vetando quaisquer divulgações.

3.10. A Contratada também deverá:

3.11. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço ou do posto;

3.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, conforme o que dispõe a lei nº 13.709/2018.

Sustentabilidade

3.13. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contido no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber. Por se tratar de uma contratação de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, a licitante deverá estar alinhada com os critérios e práticas de sustentabilidade, observando o Plano de Logística Sustentável do CRCPA.

3.14. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e baixa poluição, tais como:

3.14.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

3.14.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

3.14.3 Racionalização/economia no consumo de energia e água;

3.14.4 Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva pela Prefeitura Municipal onde serão prestados os serviços;

3.14.5 Realizar lavagem com água de outras fontes que não a tratada sempre que possível (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

3.14.6 Desenvolver ou adotar procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham, em suas composições, chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

3.14.7 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

3.15. Além das boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e baixa poluição exigidas acima, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, abaixo transcrito:

3.15.1 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

3.15.2 Observar a Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

3.15.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução dos serviços;

3.15.4 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

3.15.5 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

3.15.6 Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

3.15.7 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 401, de 04 de novembro de 2008;

3.15.8 O Preposto deve atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da CONTRATADA; Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água potável;

3.15.9 Implementar ações que reduzam a exposição de ocupantes do edifício e funcionários de manutenção a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente;

Subcontratação

3.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Responsabilidade Social

3.17. Caberá à Contratada:

3.18. Promover a contratação do percentual mínimo de mulheres vítimas de violência doméstica nos termos do inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021; e regulamentação no art. 3 do Decreto nº 11.430, de 2023.

Garantia da contratação

3.19. Será exigida a garantia da contratação para as empresas contratadas para os serviços de mão de obra exclusiva, com base nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

3.19.1 Fica dispensado da apresentação de garantia a empresa contratada para os serviços de mão de obra sem dedicação exclusiva.

3.20. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

3.20.1 *A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

3.20.2 *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

3.20.3 *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

3.20.4 *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

3.20.5 *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

3.21. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

3.22. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

3.23. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.24. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

3.24.1 *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*

3.25. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

3.25.1 *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

3.25.2 *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

3.25.3 *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.*

3.26. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

3.27. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.28. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

3.29. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

3.30. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

3.31. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

3.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.33. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

3.34. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

3.34.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.34.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

3.35. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

3.35.1 No prazo de 120 (cento e vinte dias) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017; A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

3.36. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

3.36.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

3.36.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

3.36.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

3.37. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

3.38. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo

de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

3.39. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

3.40. Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços, com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta, execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, acompanhado por funcionário designado para esse fim;

3.40.1 A vistoria prévia deve ser agendada em dia útil e no horário de funcionamento das unidades do órgão, de segunda a sexta-feira, de 8h30min a 11h00min e de 13h30min a 16h00min, por meio do telefone (91) 3202-4166 ou (91) 3202-4160 ou do e-mail administrativo@crcpa.org.br c/c compras@crcpa.org.br e licitacao@crcpa.org.br.

3.40.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.41. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.41.1 *Após realizar a vistoria, a empresa deverá emitir e assinar a "Declaração de Vistoria", constante no Anexo IV deste instrumento. A empresa que não realizar a vistoria deverá emitir e assinar a "Declaração de Não Vistoria", conforme Anexo V.*

3.41.2 *Ao apresentar a "Declaração de Não Vistoria", o licitante reconhece que considera as informações fornecidas pelo CONTRATANTE como suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados.*

3.41.3 *As declarações deverão ser anexadas à proposta apresentada pela empresa. O prazo para realização da vistoria terá início no primeiro dia útil após a publicação do Edital e se estenderá até o último dia útil anterior à abertura da sessão pública.*

3.41.4 *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

3.42. A opção pela realização dos Grupos I, II, III e IV em regime de ampla concorrência decorre da impossibilidade de aplicação do tratamento diferenciado previsto para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista a insuficiência de fornecedores aptos identificados durante a fase de pesquisa de mercado.

3.43 Conforme levantamento realizado pela Administração, não foi possível obter o mínimo de 3 (três) propostas válidas e compatíveis para cada grupo, em condições que permitissem demonstrar a existência de competitividade suficiente entre ME/EPP aptas à execução do objeto. Tal circunstância comprometeria a competitividade do certame e poderia resultar em risco de fracasso da contratação, prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa e eventual descontinuidade dos serviços.

3.44 Assim, considerando os princípios da competitividade, da eficiência, da vantajosidade e do interesse público, optou-se pela adoção da ampla concorrência para os Grupos I, II, III e IV, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015, especialmente quanto à possibilidade de afastamento da exclusividade quando não houver o número mínimo de fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica,

4.1.1 Início da execução do objeto ocorrerá:

4.1.2 O início da prestação dos serviços dos grupos I, II, III e IV ocorrerá após a emissão da **Ordem de Serviço**

para os devidos **grupos**.

4.1.2.1. Os serviços por demanda serão solicitados mediante ordem de serviço que especificará este tipo de serviço, emitida até 48h antes da necessidade de atendimento.

4.1.2.2. Os serviços por demanda poderão ser realizados fora da sede do CRCPA (como auditórios, teatros, e eventos realizados pelo CRCPA), limitados a região metropolitana, em locais previamente estabelecidos e comunicados pelo CRCPA ao contratado até 48h antes.

Organização dos Serviços:

4.2. A execução dos serviços contratados será realizada de forma contínua, conforme as necessidades do Conselho.

4.3. A empresa contratada deverá assegurar a qualidade, a regularidade e a eficiência dos serviços prestados, respeitando os padrões definidos neste instrumento e na Lei nº 14.133/21.

4.4. Os métodos e rotinas de execução do trabalho são aquelas usuais dos postos de servente de limpeza, copeiro(a), operador(a) de som e imagem e Recepcionista, detalhados neste Termo de Referência;

4.5. Cronograma de realização dos serviços:

4.5.1 Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a empresa prestadora de serviços para:

a) apresentação do preposto;

b) definições sobre os postos a serem alocados; e

c) outros pontos que gestor e fiscais entenderem pertinentes;

4.5.2 Fornecimento dos conjuntos de uniformes, devendo ser disponibilizados, em sua completude, até o início da prestação dos serviços, considerando o disposto neste Termo de Referência.

4.5.3 Definição do modelo de Sistema de Registro Eletrônico de Ponto para controle de frequência dos terceirizados.

4.5.4 Finalizados os procedimentos anteriores, os prestadores de serviços serão devidamente alocados nos locais determinados pela Contratante e os serviços serão prestados.

Local e horário da prestação dos serviços

4.6. A execução do objeto será realizada mediante alocação de prestadores de serviços da Contratada para desenvolvimento dos serviços de *servente de limpeza, copeiro(a), operador(a) de som e imagem e Recepcionista*, observadas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente as que tratam da descrição, atribuições e requisitos necessários dos postos.

Tipo	Endereço
Grupo I a IV	Rua Avertano Rocha, nº 392 – Comércio - Belém / PA CEP: 66023-120

4.7. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências do CRCPA, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência e estudo técnico preliminar, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da instituição, obedecendo aos ditames do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ainda ocorrer em outro local de interesse da Administração, fora da sede do CRCPA.

4.8. O CRCPA, a seu critério, poderá alocar os postos de trabalho em horários diferenciados a serem estabelecidos durante a execução contratual.

Jornada de Trabalho

4.9. A prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva (itens 1, 3 e 5, dos grupos I, II, III), cada posto será de 5 (cinco) dias por semana (seg. à sex), 8 horas diárias, com intervalo intrajornada de 1 hora/dia.

4.10. Eventualmente, após justificada a necessidade da unidade demandante, e mediante comunicação prévia de no mínimo 48 horas, o contratante poderá solicitar a prestação de serviços de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva (por demanda), conforme especificado na ordem de serviço, de segunda a sábado, desde que sejam realizados na região metropolitana.

4.11. Os prestadores de serviços (itens 1, 3 e 5, dos grupos I, II, III) deverão cumprir jornada de trabalho semanal de 40h (quarenta horas), 200h/mês, no período de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h e 22h, conforme deliberado pelo CRCPA, nos casos de mão de obra com dedicação exclusiva.

4.12. Caso não haja expediente na unidade tomadora ou haja redução na carga horária diária, o prestador de serviços da Contratada de mão de obra com dedicação exclusiva poderá, neste período:

4.12.1 Gozar das férias no período mediante solicitação prévia da Contratante;

4.12.2 Utilizar de banco de horas, no interesse da Contratante, para a compensação de eventuais dias/horas não laborados no período;

4.12.3 Ser remanejado, nesse período, para outras unidades da Contratante que possam utilizar dos serviços do posto de trabalho nos dias/horários em que a unidade tomadora dos serviços permanecer sem expediente;

4.12.4 Apresentar-se ao supervisor ou preposto em seu horário de trabalho, ficando à disposição para laborar onde houver necessidade, nesse período, cumprindo sua jornada de trabalho.

4.13. A compatibilização do horário de funcionamento do CRCPA e da jornada de trabalho levará em conta o interesse da Administração.

4.14. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

4.15. Excepcionalmente, por necessidade dos serviços, devidamente justificada, as condições estabelecidas no item acima poderão ser flexibilizadas, levando em consideração o interesse deste CRCPA e a legislação em vigor, porém não será permitida jornada de trabalho entre o período de 22h a 5h (horário noturno).

4.16. Não há previsão de horas extras para quaisquer ocupantes dos postos de serviços. Poderá haver flexibilização do horário de determinados postos de trabalho mediante compensação de horário, excepcionalmente, conforme preceitua a alínea d.1.3, do item 2.6, do anexo V, da Instrução Normativa nº. 05/2017, desde que autorizado pelo Gestor do Contrato e prévio acordo com a contratada, para a compensação obrigatória no período máximo de até 2 (dois) meses e, em nenhuma hipótese, será permitida a sua remuneração.

4.16.1 No caso de desligamento do prestador de serviços (com dedicação exclusiva de mão de obra) com saldo negativo de horas, aquelas não compensadas até o desligamento serão descontadas do pagamento à Contratada.

4.16.2 No último mês de vigência do contrato, eventuais saldos de horas negativas não compensados (para aqueles com dedicação exclusiva de mão de obra) até o último dia de vigência contratual serão descontados do pagamento à Contratada.

4.16.3 A Contratada, amparada nos §§ 2º e 5º do art. 59 da CLT, deverá instituir banco de horas, formalizado por acordo individual escrito, para a compensação no período máximo de até 2 (dois) meses e, em nenhuma hipótese, será permitida a sua remuneração.

4.16.4 O controle de saldo de horas (positivas ou negativas) decorrente do regime de compensação de jornada que consta do subitem anterior ficará a cargo do preposto e/ou supervisor da Contratada que, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal da Contratante, deverá disponibilizá-lo atualizado e discriminado em planilha.

4.16.5 O desligamento dos prestadores de serviços e/ou o término da vigência contratual não ensejarão pagamento suplementar de horas extras à Contratada relacionadas a eventuais saldos de horas positivas, cabendo exclusivamente à Contratada realizar tais pagamentos aos seus empregados na hipótese de não ter adotado a compensação em momento oportuno.

4.17. É vedada a concessão de recesso aos prestadores de serviços, devendo o trabalho ser prestado de forma contínua, em conformidade ao disposto no inciso VII do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, e nas conclusões da Nota Técnica nº 66/2018-MP.

4.18. A Contratada será responsável pelo controle de frequência dos seus prestadores de serviços por meio de registro eletrônico, que deverá observar as exigências constantes na Portaria MTP nº 671, de 2021, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP).

4.19. Não será admitida qualquer forma de controle manual de frequência, salvo nas ocasiões autorizadas pelos fiscais ou gestores do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

4.20. Do preenchimento dos postos de trabalho:

4.20.1 A Contratada deverá realizar o processo de seleção dos empregados de acordo com os pré-requisitos constantes do Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

4.20.2 A cada solicitação da CONTRATANTE para nova contratação, inclusive quando da necessidade de substituições de postos efetivos, a CONTRATADA terá até 48 (quarenta e oito) horas para atendê-la, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento;

4.20.3 As solicitações da Contratante para a substituição definitiva de prestadores de serviços deverão ser efetivadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado em igual período a critério exclusivo da Contratante, sendo vedado o retorno, ainda que para substituições nos casos de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros prestadores de serviços.

4.20.4 Na hipótese de falta do colaborador, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas do início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto (cobertura), cujas qualificações sejam iguais àquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

4.20.4.1. Nos casos de ausências por usufruto do banco de horas (nos casos de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra), não será necessária a disponibilização de prestador de serviços substituto para aquele posto.

4.20.4.2. É responsabilidade da Contratada (nos casos de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra) remunerar o prestador de serviços substituto com o salário devido ao profissional substituído e recolher os respectivos encargos previdenciários e fundiários previstos contratualmente e na legislação vigente à época da substituição, bem como fornecer ao prestador de serviços substituto, por dia de substituição, os benefícios devidos ao empregado "titular" (exemplo: vale-transporte e vale-alimentação).

4.20.4.3. Por conveniência exclusiva da Contratante e desde que devidamente formalizado no processo, o prestador de serviços substituto poderá ser dispensado, sem prejuízo do desconto do pagamento devido à Contratada, mas sem a incidência das regras do Instrumento de Medição de Resultados constantes do Anexo III deste Termo de Referência.

4.20.4.4. É vedada à Contratada a designação do preposto na função de substituto em qualquer posto da prestação do serviço.

4.20.5 A Contratada deverá apresentar o plano de férias dos prestadores de serviços num prazo de até 90 (noventa) dias corridos antes do início do gozo do benefício, podendo a Contratante solicitar alterações para a boa execução dos serviços contratados.

4.20.6 A Contratada deverá manter nas dependências da Contratante cadastro atualizado dos prestadores de serviços permanentes, de forma que a Contratante possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho a ser ocupado.

4.20.7 O CRCPA poderá, a qualquer tempo, ativar e/ou desativar postos de trabalho de acordo com suas eventuais necessidades, mediante comunicação formal à Contratada, por meio de ofício.

4.20.8 Os salários-base para os postos de serviço que se deseja contratar, a serem observados na elaboração das propostas, sob pena de desclassificação, será o estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho referente ao sindicato ao qual a categoria Profissional ou o licitante estejam vinculados, vigente à época da formulação da proposta, nos casos de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.20.9 A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contrato. Para isso deverá orientar os prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho à observância do disposto neste subitem.

Das atribuições dos profissionais:

4.21. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

· *Servente de limpeza: CBO 5143-20;*

· *Copeiro(a): CBO 5134-25;*

· *Recepcionista CBO 4221-05;*

· *Operador de som e imagem, não existe CBO com esta denominação, mas pela semelhança da descrição encontramos o (CBO 3731-05) - Operador de mídia audiovisual.*

4.22. Os profissionais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos, e;

· **Servente de limpeza:** *Escolaridade mínima de Ensino Fundamental Completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses em atividades compatíveis.*

· **Copeiro:** *Escolaridade mínima de Ensino Fundamental Completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses em atividades compatíveis.*

· **Recepcionista:** *Escolaridade mínima de Ensino Médio Completo e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em atividades compatíveis.*

· **Operador de som e imagem:** *Escolaridade mínima de Ensino Médio Completo, curso técnico relacionado (ex: Técnico em Audiovisual, Sonoplastia, etc.) e experiência profissional mínima de 1 (um) ano em operação de equipamentos audiovisuais, mesa de som digital e analógica, para operação de montagem dos equipamentos (ex: microfones e etc.) e telão de led.*

4.23. A experiência profissional das atividades compatíveis com as atribuições do cargo deverá ser comprovada por meio de registros em CTPS, contrato, declaração do empregador ou atestado de capacidade técnica.

4.24. No que se refere aos profissionais a serem alocados, a prestação dos serviços terceirizados incluirá as seguintes atividades específicas para cada função, sendo as atribuições para os referidos grupos, adaptando as atribuições conforme a necessidade:

4.24.1 Para o posto de Servente de limpeza - CBO 5143-20, o profissional a ser alocado deve preencher os seguintes requisitos:

SERVENTE DE LIMPEZA (no que se aplicar)

Áreas internas

Diariamente, no mínimo uma vez ou na frequência indicada:

- a) Remover com pano úmido o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, e demais móveis existentes, como aparelhos elétricos e eletrônicos, extintores de incêndio etc.;
- b) Limpar capachos, tapetes e todos os demais pisos;
- c) Abastecer antes do início do expediente, com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, e abastecer os dispensadores de álcool gel nos corredores, salas e recepção, quando necessário;
- d) Retirar o pó dos telefones com flanela e passar pano úmido com saneantes sanitários;
- e) Limpar os elevadores com produtos adequados;
- f) Passar pano com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- g) Retirar o lixo das salas diversas, acondicionando-o em saco plástico de tamanho apropriado, removendo-o para recolhimento, conforme coleta seletiva e/ou local indicado pelo fiscal do contrato;
- h) Limpar os corrimãos;
- i) Limpar e fazer assepsia dos galões de água a cada troca e dos bebedouros;
- j) Limpar os espelhos com pano, umedecido em produto adequado;
- k) Executar serviços considerados necessários à frequência diária, principalmente a limpeza da sala de descanso, onde deverá se manter livre de sujidades;
- l) Realizar a limpeza dos vidros das portas de entrada sempre que se fizer necessário;
- m) Secar, constantemente, em dias de chuva, os saguões;
- n) Limpar os contêineres (lixeiras) que acondicionam os lixos em geral (quando houver);
- o) Varrer, passar pano úmido, e desinfetar duas vezes ao dia, nos pisos cerâmicos, de cimento, de granito e emborrachados, e polir balcões, abrangendo salas, corredores, pisos e demais áreas comuns, garantindo um ambiente sempre limpo e organizado;
- p) Proceder, 2 vezes ao dia, à limpeza de bacias, assentos, pisos dos sanitários, dispensadores de papel toalha e papel higiênico, dispensadores de sabonete, pias e torneiras de todos os banheiros, copas e outras áreas molhadas, com saneante sanitário desinfetante;
- q) Repor materiais de copa e higiene, como: papel higiênico, sabonete e toalhas, e etc, nos locais apropriados;
- r) Limpar bebedouros elétricos (exceto o de uso da copa) a cada troca de galão de água e fazer a troca dos galões de água conforme necessidade;
- s) Comunicar, imediatamente, a administração a ocorrência de quaisquer defeitos identificado e/ou visualizado;
- t) Executar outras atividades relacionadas à função, conforme a necessidade do serviço.
- u) Atender às normas de higiene e saúde, bem como, apresentar-se devidamente uniformizado(a), com cabelos curtos ou presos, sem adornos que possam trazer qualquer dificuldade ou risco à execução dos serviços, atentando sempre para o zelo com a higiene pessoal, tendo em vista estar lidando diretamente com alimentos;
- v) Observar os critérios de sustentabilidade diretamente relacionados às atividades de copeiragem, evitando o desperdício de produtos químicos potencialmente danosos ao meio ambiente (detergentes, saponáceos, desinfetantes, etc.), bem como realizar o uso racional da água.

Semanalmente:

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar divisórias, portas e guarnições de madeiras ou revestidas de fórmica;
- c) Lustrar todo o mobiliário envernizado e passar flanelas nos móveis encerados;
- d) Realizar a limpeza e lavagem de pisos nas áreas externas, assegurando a conservação e a boa aparência das superfícies.
- e) Realizar a higienização detalhada de janelas, portas, persianas e mesas, eliminando poeira e manchas, garantindo um ambiente mais limpo e agradável.
- f) Organizar e higienizar a copa;
- g) Inspeccionar o funcionamento dos equipamentos de limpeza e, se necessário, solicitar manutenção ou substituição para assegurar a continuidade dos serviços.
- h) Fazer a assepsia interna dos bebedouros;
- i) Limpar computadores e equipamentos de informática, inclusive cabeamento externo, teclados e telas, utilizando-se de pincéis secos e panos levemente umedecidos.
- j) Executar mutirão às quartas e segundas-feiras, pela manhã ou no começo da tarde no auditório das plenárias (Plenário);
- k) Aplicar vaselina nas partes em aço escovado nos Elevadores

Mensalmente:

- a) Limpar as calhas e todas as luminárias;
- b) Limpar tetos, paredes e rodapés;
- c) Limpar cortinas, persianas, peitoris e gradil externo;
- d) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- e) limpar internamente os armários;
- f) Limpar as caixas e estantes de arquivos diversos;
- g) Limpar, organizar e manter o estoque limpo e organizado;
- h) limpeza minuciosa dos bebedouros.

Esquadrias Externas:**Quinzenalmente:**

- a) Limpar todos os vidros (face interna/externa).;
- b) Limpeza das plantas (artificiais e naturais).

Áreas Externas (exclusivo do grupo I):

Diariamente:

- a) Varrer as áreas pavimentadas e acimentadas, inclusive calçada frontal, lateral e estacionamento prédio (Avertano rocha);
- b) Limpar as floreiras, canteiros e vasos, retirando sujeiras, folhas e galhos secos Limpeza das plantas (artificiais e naturais);

Mensalmente:

- a) Lavar as áreas cobertas e abertas destinadas à garagem/estacionamento.

4.24.2 Para o posto de Copeiro(a) - CBO 5134-25, o profissional a ser alocado deve preencher os seguintes requisitos:

COPEIRO (A)

Diariamente:

- a) Preparação diária de cafés, com uma infusão de boa qualidade, para servir ao gabinete, recepção e outros departamentos, pela manhã até às 08hs30min, e à tarde até às 13hs30min, com reposição conforme demanda, em no máximo 2 horas;
- b) Preparar e servir café, água e outras bebidas, com uma infusão de boa qualidade, conforme a necessidade dos funcionários e visitantes, garantindo um atendimento cordial e eficiente.
- c) Esquentar água para infusão de chás, mantendo abastecidas as garrafas térmicas exclusivas de água quente;
- d) Manter sempre abastecidas de água as formas de gelo.
- e) Recolher e lavar xícaras, copos e outras louças sempre que se fizer necessário;
- f) Manter a limpeza e organização da copa, incluindo a lavagem de utensílios como copos, xícaras, talheres e demais itens utilizados, assegurando um ambiente higiênico.
- g) Executar a limpeza das cafeteiras e coadores, descongelar e limpar a geladeira/frigobar alocados na copa, proceder a limpeza da parte interna e externa dos armários de copa, uma vez por semana.
- h) Lavar os panos de pia, guardanapos e pano de chão utilizados nas copas, com o auxílio de luvas, sendo que a água de lavagem deste último, nunca deverá ser despejada na pia.
- i) Efetuar a limpeza geral em todas as dependências internas das copas (pias, sifões externos, torneiras, registros, trincos de portas e demais metais cromados), utilizando produtos adequados para cada tipo, não prejudiciais à saúde humana, conservando o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança;
- j) Organizar e higienizar a copa, incluindo a limpeza completa de eletrodomésticos como geladeiras e fogão, micro-ondas, interna e externamente, preservando a higiene e a organização do local e outros eletrodomésticos;
- k) Descongelar e limpar a geladeira/frigobar do CRCPA, proceder a limpeza da parte interna e externa dos armários de copa, uma vez por semana.
- l) Controlar a reposição de açúcar, adoçante e mexedor de copos nos pontos de café;
- m) Controlar a reposição de copos nos locais destinados ao café e máquinas de café (duas máquinas);
- n) Executar a limpeza das máquinas de café diariamente;

- o) Servir e retirar material de copa das salas de reuniões, plenário, auditório, etc.;*
- p) Retirar as garrafas térmicas higienizando-as às 8h e 13h;*
- q) Atender em Reuniões e eventos, servindo, preparando alimentos e bebidas, conservando o local do evento em condições;*
- r) Manipular alimentos e preparar sucos, chás e cafés;*
- s) Limpar a louça dos eventos;*
- t) Controlar material de consumo e de limpeza da copa, como açúcar, adoçante, copos descartáveis, guardanapos e demais itens, de forma a garantir que estejam sempre disponíveis.*
- u) Arrumar mesas de coquetéis;*
- v) Manter os ambientes de cafés limpos e higienizados;*
- w) Descartar corretamente os resíduos gerados na copa, contribuindo para a limpeza e a conservação dos ambientes.*
- x) Limpar os exaustores e filtros de ar, caso haja, para assegurar o bom funcionamento e a manutenção da qualidade do ar na copa, semanalmente.*
- y) Executar outras atividades relacionadas à função, conforme a necessidade do serviço;*
- z) Comunicar, imediatamente, a administração a ocorrência de quaisquer defeitos identificado e/ou visualizado;*
- aa) Atender às normas de higiene e saúde, bem como, apresentar-se devidamente uniformizado(a), com cabelos curtos ou presos, sem adornos que possam trazer qualquer dificuldade ou risco à execução dos serviços, atentando sempre para o zelo com a higiene pessoal, tendo em vista estar lidando diretamente com alimentos;*
- bb) Observar os critérios de sustentabilidade diretamente relacionados às atividades de copeiragem, evitando o desperdício de produtos químicos potencialmente danosos ao meio ambiente (detergentes, saponáceos, desinfetantes, etc.), bem como realizar o uso racional da água.*

4.24.3 Para o posto de Recepcionista CBO 4221-05, o profissional a ser alocado deve preencher os seguintes requisitos:

RECEPCIONISTA

Principais atribuições:

- a) Recepcionar, prestar informações, identificar e encaminhar profissionais, cidadão, autoridades e representantes de instituições públicas e privadas no CRCPA, inclusive por meios eletrônicos.*
- b) Recepcionar e controlar o acesso de pessoas às instalações do CRCPA, por meio de sistema informatizado.*
- c) Identificar, conferir documentos pessoais e credenciar ou registrar e cadastrar visitantes, utilizando-se de sistema convencional de controle de acesso às dependências do CRCPA ou de sistema informatizado que venha a ser utilizado na recepção, notificando a administração sobre a presença de pessoas com atitudes suspeitas;*
- d) Recepcionar os visitantes que necessitam de atendimento prioritário (deficientes, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesas).*
- e) Fornecer o crachá ou a etiqueta, de acordo com a dependência a ser visitada.*
- f) Registrar entradas e saídas de bens de posse e/ou propriedade dos funcionários do CRCPA e de terceiros.*
- g) Prestar atendimento e assistência ao público nas instalações, fornecendo informações rotineiras.*

- h) Operacionalizar serviços de telefonia e comunicação entre os postos de serviços de recepção nas demais unidades do CRCPA.*
- i) Contatar o setor que receberá o visitante para autorização do ingresso no órgão.*
- j) Direcionar os visitantes quanto à localização da sala, setor/unidade ou localização de eventos ou reuniões específicas.*
- k) Atender e efetuar ligações telefônicas, recebendo, anotando e transmitindo recados.*
- l) Acionar as áreas de segurança das unidades, quando necessário.*
- m) Comunicar qualquer anormalidade ao segurança e/ou ao brigadista.*
- n) Executar as demais atividades inerentes ao posto e necessárias ao bom desempenho do trabalho.*
- o) Distribuir material impresso de divulgação, quando solicitado pelo setor competente.*
- p) Realizar protocolos no sistema integrado do CRCPA;*
- q) Abster-se da execução de atividades alheias e descompassadas com o referido cargo;*
- r) durante o período em que estiver prestando os serviços.*
- s) Receber documentos e correspondências endereçados ao CRCPA, emitindo número de protocolo e assinando o recebimento, bem como arquivar, protocolar e verificar a distribuição dos documentos e tirar fotocópia;*
- t) Zelar para que o material e os equipamentos, utilizados no desempenho de suas funções, estejam sempre em perfeitas condições de utilização, funcionamento, higiene e segurança.*
- u) Comunicar de imediato ao supervisor, qualquer defeito nos equipamentos ou outra ocorrência que possa impedir a boa execução dos serviços.*
- v) Apresentar-se sempre com o uniforme limpo e bem passado, com os cabelos presos ou curtos, limpos.*
- w) Não poderá deixar a recepção sozinha em hipótese alguma, salvo para o desempenho de outra atribuição típica do seu cargo;*
- x) Abster-se da execução de atividade, durante o período em que estiver prestando os serviços.*
- y) Executar as demais atividades inerentes ao cargo.*
- z) Receber documentos e correspondências endereçados ao CRCPA, emitindo número de protocolo e assinando o recebimento;*

4.24.4 Para o posto de Operador de som e imagem (CBO 3731-05), o profissional a ser alocado deve preencher os seguintes requisitos:

OPERADOR DE SOM E IMAGEM:

Principais atribuições:

- a) Efetuar serviços de operação de áudio e vídeo do sistema disponibilizado pelo CRCPA, bem como checar funcionamento dos equipamentos, interagindo com áreas afins, monitorando sinais de entrada e saída e ligar/desligar equipamentos;*
- b) Operar mesas de áudio e periféricos, softwares de vídeos durante a transmissão e gravação das sessões plenárias, eventos, reuniões de comissões permanentes e temporárias, audiências públicas e sessões solenes em ambientes internos e externos ao CRCPA, sendo em equipamentos digitais ou analógicos.*
- c) Cuidar da transmissão através das câmeras e microfones, garantindo a qualidade do som e imagem. - Realizar a mudança na captura de imagens, quando necessário, dentro da transição prevista, sem trocas de câmeras abruptas e sem perder a qualidade da gravação com imagens desfocadas.*

- d) Regular o áudio dos microfones quando do início da palavra do orador em até 2 (dois) minutos.
- e) Realizar o devido enquadramento do orador na exibição do vídeo em até 4 (quatro) segundos.
- f) Disponibilizar em tempo real o som e imagem em redes sociais e em plataformas de compartilhamento de vídeos que garantam o acesso à população.
- g) Formulação de diagnósticos para consertos especializados.
- h) Efetuar a instalação de sistema móvel de som e imagem, quando necessário, em ambientes diversos nas dependências do CRCPA e ambientes externos.
- i) Efetuar e auxiliar a gravação de programas no estúdio de videocasts.
- j) Transportar, montar, desmontar e armazenar os equipamentos em locais definidos pela Contratante.
- k) Dar retorno quanto ao som e vídeo no ambiente do evento, realizando ajustes remotamente (fora da sala de operação de áudio e vídeo), através de tablet integrado ao sistema de áudio e vídeo ou mesmo por mesa de som analógica.
- l) Recepcionar o material para reprodução, encaminhados até 30 min antes, realizando testes.
- m) Executar os arquivos disponibilizados com antecedência mínima prevista até o início do evento em até 4 (quatro) segundos.
- n) Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos pertinentes à área de atuação para assegurar a pronta localização dos dados.
- o) Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
- p) Usar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.
- q) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.
- r) Capacidade plena para operação e realização de trabalhos de captação, transmissão e armazenamento de imagem e som.
- s) Capacidade para trabalhar com elementos e equipamentos de projeção das mais diversas fontes de materiais.
- t) Capacidade para prestar assistência e suporte no manuseio e manutenção de equipamentos de áudio e vídeo.
- u) Capacidade para operar sistema de gerador de caracteres para transmissão.
- v) Capacidade para operar sistema de gerenciamento de microfones.
- w) Capacidade para captar ângulos de luz e adequação de som ambiente.
- x) Capacidade para assegurar a qualidade da transmissão de audiovisual.
- y) Capacidade para utilizar recursos de informática e operar programas de computador (softwares) utilizados para edição de áudio e vídeo.
- z) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

4.25. Perfil Desejado dos prestadores dos serviços da Contratada:

- a) comprovação da escolaridade exigida para cada posto, fornecido por instituição de ensino reconhecido pelo MEC;
- b) Experiência profissional;
- c) Conhecer e cumprir as normas e procedimentos sanitários;

- d) Demonstrar cordialidade no atendimento;*
- e) Demonstrar paciência;*
- f) Trabalhar em equipe;*
- g) Demonstrar iniciativa;*
- h) Demonstrar prudência;*
- i) Demonstrar agilidade e proatividade;*
- j) Demonstrar controle emocional;*
- k) Demonstrar capacidade de organização;*
- l) Demonstrar discrição;*
- m) Ter zelo pelo uniforme e pela apresentação pessoal.*
- n) Manter-se atualizado e bem informado quanto às rotinas e aos procedimentos internos adotados no CRCPA.*
- o) Deverá utilizar uniforme, sendo responsabilidade da empresa contratada fornecer esse item, garantindo a padronização e a apresentação adequada para o desempenho eficiente das atividades.*
- p) Atender às normas de higiene e saúde, bem como, apresentar-se devidamente uniformizado(a), com uniforme passado, com cabelos curtos ou presos, sem adornos que possam trazer qualquer dificuldade ou risco à execução dos serviços, atentando sempre para o zelo com a higiene pessoal.*

4.26. Além das competências citadas no item anterior, todos os profissionais da contratada deverão possuir as seguintes competências pessoais:

- a) Capacidade de trabalhar em equipe;*
- b) Capacidade de manter-se atualizado sobre novas técnicas, produtos e procedimentos;*
- c) Criatividade;*
- d) Autocontrole para lidar com situações adversas à área de atuação;*
- e) Inteligência emocional para trabalhar de forma tranquila mesmo em momentos de estresse;*
- f) Resiliente para se adaptar ao novo ambiente;*
- g) Organizado, eficiente e comprometido com o trabalho;*
- h) Tratar as pessoas com urbanidade e respeito, utilizando a forma de comunicação em linguagem formal, em tom moderado, evitando-se o uso de gírias, jargões, palavrões, expressões coloquiais ou qualquer outra forma diversa da estabelecida pela Administração;*
- i) Demonstrar atenção, iniciativa e criatividade no desempenho do trabalho;*
- j) Controle emocional e capacidade para enfrentar e/ou solucionar situações de emergência;*
- k) Possuir responsabilidade, formalidade e postura ética;*
- l) Demonstrar dinamismo na busca de soluções para melhoria da qualidade dos serviços;*
- m) Proativo e organizado;*
- n) Comunicar-se com clareza;*
- o) Cuidadoso com utilização diária do uniforme completo e crachá, bem como pelo comparecimento ao posto de trabalho em boas condições de higiene pessoal para o acesso às dependências do CRCPA;*
- p) Abster-se da execução de atividades alheias aos serviços do posto;*
- q) Cumprir a jornada de trabalho estabelecida;*
- r) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou, na suspeita de envolvimento desse, à Coordenação Administrativa todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as*

pessoas ou ao patrimônio da Administração;

s) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou, na suspeita de envolvimento desse, à Coordenação Administrativa qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

t) Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

u) Registrar e controlar, em conjunto com a Administração, diariamente, a frequência no posto e a pontualidade, bem como as ocorrências;

v) Cumprir todas as determinações e normas estabelecidas pela legislação sobre medicina e segurança do trabalho, inclusive no tocante ao uso de EPI, se necessário;

w) Executar as demais tarefas determinadas pelo preposto e que sejam compatíveis com o seu cargo;

x) Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações, em especial, dos bens que utilizar no desempenho de suas funções, apontando os consertos que se fizerem necessários;

y) Guardar sigilo de documentos, assuntos tratados e informações às quais, por qualquer meio, venha a ter acesso no exercício de suas funções, referentes à Administração Pública, servidores, contribuintes ou qualquer outra que, por sua natureza, não devam ser divulgados. Em caso de descumprimento do sigilo mencionado antes, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil;

z) Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato.

Materiais a serem disponibilizados

4.27. A contratada será responsável por fornecer os equipamentos necessários para a execução dos serviços, como uniformes e equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando necessário, de acordo com as normas regulamentadoras vigentes, não incluindo material de limpeza e material de expediente que serão fornecidos pela Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.28. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.28.1 Os serviços serão prestados em Belém/PA.

4.28.2 Contratação de mão de obra terceirizada para os serviços de **Servente de limpeza, copeiro(a), recepcionista e operador de som e imagem, com mão de obra com dedicação exclusiva e sem dedicação exclusiva conforme abaixo:**

CÁLCULO DE QUANTITATIVO DE SERVENTES – CRCPA GRUPO I – ITEM I

DADOS INICIAIS / METRAGENS DOS AMBIENTES:

ÁREAS INTERNAS

Tipo de Área	Metragem (m²)	Produtividade mínima (m²/servente)	Qtd. de Serventes
Pisos acarpetados	não existe	-	-
Pisos frios	939,68	800	1,17
Laboratórios	não existe		

Almoxarifado	9,65	1500	0,01
Oficinas	não existe		
Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	58,79	1000	0,06
Banheiros	48,60	200	0,24

Subtotal de Serventes para Áreas Internas: 1,48

ÁREAS EXTERNAS

Tipo de Área	Metragem (m ²)	Produtividade mínima (m ² /servente)	Qtd. de Serventes
Pisos pavimentados adjacentes à edificação	195,58	1800	0,11
Varrição de passeios e arruamentos (calçada externa)	27,00	6000	0,005
Pátios e áreas verdes com alta frequência	não existe	-	-
Pátios e áreas verdes (média frequência)	18,70	1800	0,01
Pátios e áreas verdes com baixa frequência	não existe		
Coleta diária de detritos	18,70	100000	0,0002

Subtotal de Serventes para Áreas Externas: 0,13

ESQUADRIAS EXTERNAS

Tipo de Área	Metragem (m ²)	Produtividade mínima (m ² /servente)	Qtd. de Serventes
Face externa com risco	39,40	130	0,30
Face externa sem risco	12,16	300	0,04
Face interna	51,56	300	0,17

Subtotal de Serventes para Esquadrias: 0,51

FACHADAS ENVIDRAÇADAS

Tipo de Área	Metragem (m ²)	Produtividade mínima (m ² /servente)	Qtd. de Serventes
Fachadas envidraçadas	39,40	130	0,30

Considerar-se-á área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

Considerar-se-á a limpeza de fachadas envidraçadas, externamente, somente para aquelas cujo acesso para limpeza exija equipamento especial, cabendo ao dirigente do órgão/entidade decidir quanto a

oportunidade e conveniência desta contratação

Subtotal de Serventes para Fachadas: 0,30

RESUMO TOTAL DE SERVENTES ESTIMADOS

Tipo de Área	Qtd. Estimada de Serventes
Áreas Internas	1,48
Áreas Externas	0,13
Esquadrias Externas	0,51
Fachadas Envidraçadas	0,30
Total Estimado	2,42

ENCARREGADO

Conforme a IN 05/2017, é 1 encarregado para cada 30 serventes ou fração.

No caso da limpeza de fachadas, a norma sugere 1 encarregado para cada 4 serventes.

Como o total geral é expressamente menor que 30, não será exigido encarregado.

Será considerado, para fins de contratação de servente de limpeza com dedicação exclusiva de mão de obra o total de 2 serventes.

GRUPO I	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	Frequência
Item 1	02 serventes de limpeza	Seg. a Sex. 8h/diárias
Item 2	01 servente de limpeza - (por demanda)	192h

GRUPO II	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	Frequência
Item 3	01 copeiro(a)	Seg. a Sex. 8h/ diárias
Item 4	01 copeiro(a) - (por demanda)	192h

GRUPO III	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	Frequência
Item 5	01 recepcionista (a)	Seg. a Sex. 8h/ diárias

GRUPO IV	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	Frequência
Item 6	01 operador (a) de som - (por demanda)	192h

4.28.3 A licitante deverá apresentar proposta devidamente assinada, contendo as seguintes informações: CNPJ, endereço, telefone, e-mail, prazo de validade da proposta (mínimo de 60 dias a partir da data de apresentação), local e data.

4.28.4 Incluem-se na estimativa de preços dos serviços: tributos, tarifas e emolumentos, encargos sociais, insumos e contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços,

4.28.5 A empresa proponente deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços, observando os índices de retenção das verbas.

4.28.6 A empresa adjudicatária deverá apresentar a composição analítica para a execução dos serviços, retificada em conformidade com o lance ofertado, de acordo com a(s) planilha(s) de custo e formação de preços, demonstrando os valores unitários que representam os custos que influenciam de forma direta ou indireta na contratação.

4.28.7 As proponentes deverão observar, na elaboração da planilha de preços, os parâmetros definidos no Decreto nº 12.174/2024, comprovando, quando cabível, o valor do piso regional ou do piso definido em norma coletiva, vinculada a proposta. O descumprimento dessa exigência poderá implicar desclassificação da proposta.

4.28.8 A proposta será analisada de acordo com seus preços por grupo e unitários.

4.28.9 A CONTRATADA deverá fornecer além dos uniformes, crachás aos seus empregados, o qual é de uso obrigatório e deverá ser substituído assim que apresentar qualquer defeito.

4.28.9.1. O crachá deve conter no mínimo: nome completo do empregado, função exercida, número de identificação e foto.

4.28.9.2. O crachá deverá ser por sistema tipo jacaré (garra metálica) e cordão com a logomarca e dados da empresa.

4.28.10 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual necessários ao seguro desenvolvimento das atividades, em consonância com a legislação vigente.

4.28.10.1 O contratado deverá apresentar declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

Especificação da garantia do serviço

4.29. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

4.30. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados e deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.31. A CONTRATADA deverá fornecer conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação.

4.32. A CONTRATADA também deverá substituir, para todas as categorias, os uniformes e EPIs que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou mesmo para os empregados.

4.33. Todos os calçados deverão oferecer conforto aos colaboradores e dificultar a proliferação de bactérias pelo suor.

4.34. Os uniformes de todas as categorias deverão conter o emblema da empresa, de forma visível, preferencialmente na própria camisa, blazer ou paletó, podendo, para isso, conter um bolso do lado esquerdo para a sua colocação.

4.35. A exigência de um número maior das quantidades de uniformes a serem fornecidas pela contratada, diferente da exigência contida na convenção coletiva da categoria, é motivada pela necessidade de uso diário obrigatório dos uniformes, de segunda a sexta, além disso, os trabalhadores exercerão atividades, que na maioria das vezes são

intensas e exigem movimentação, como é o caso do servente de limpeza, podendo gerar excesso de transpiração, que necessitaria de higienização com uma frequência altíssima, o que contribuiria para um desgaste prematuro dos uniformes, ademais os uniformes ajudam na identificação dos prestadores de serviços.

4.36. Vale destacar que o clima de Belém/PA, na maior parte do ano, é quente e úmido, o que não condiz com uma quantidade menor de uniformes do que a proposta neste TR.

4.36.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

4.36.1.1. Calça, blusa e calçado adequado, conforme as exigências específicas de cada função;

4.36.1.1.1. Para o(a) servente de limpeza (a), os uniformes deverão consistir em camiseta malha fria com gola polo com a logomarca da empresa, calça Brin com elastano - Estilo Jeans, Meia grossa, bota com proteção bico PVC.

4.36.1.1.2. Para o(a) copeiro(a), os uniformes deverão consistir em camisa social manga curta Branca, Calça social cós alto com bolso ou Saia sarja cor preta (com comprimento até os joelhos, caso seja do gênero feminino), sapatilha preta, Touca com aba e filó na cor preta 100% poliéster, Avental composto com material Impermeável e antitérmico com amarração no pescoço e na cintura;

4.36.1.1.3. Para o(a) recepcionista, os uniformes deverão consistir em traje social, incluindo blazer preto em tecido Oxford 100 % Poliéster, camisa social branca manga 3/4 Algodão/poliéster, lenço de Pescoço em Gabardine na cor amarelo mostarda (caso gênero feminino) ou gravata, calça social preta cós alto com bolso ou Saia sarja cor preta (com comprimento até os joelhos), Par de sapatos em couro macio, com solado emborrachado antiderrapante, (salto baixo de até 5 cm, caso gênero feminino), priorizando o conforto, a apresentação profissional e a adequação à identidade de gênero da pessoa colaboradora;

4.36.1.1.4. Para o(a) operador (a) de som e imagem, os uniformes deverão consistir em camiseta malha fria com gola polo com a logomarca da empresa, calça Brin com elastano - Estilo Jeans, Meia e tênis.

4.36.1.2. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Belém/PA e com o posto de trabalho, duráveis e que não desbotem nem amassem facilmente.

4.36.1.3. No caso de colaboradora gestante, os uniformes deverão ser adequados à gestação, devendo ser substituídos sempre que se tornarem desconfortáveis ou inadequados ao seu estado;

4.36.1.4. A entrega dos uniformes deverá ser formalizada mediante recibo, cuja cópia — acompanhada do original para conferência — deverá ser encaminhada ao(à) servidor(a) responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

4.37. Durante a transição contratual, as seguintes ações deverão ser seguidas:

4.37.1 A CONTRATADA iniciará o processo de recrutamento, seleção e contratação de profissionais para os postos de trabalho.

4.37.2 A CONTRATADA deverá garantir que os colaboradores estejam devidamente treinados e capacitados para exercerem suas funções, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços.

4.37.3 Durante o período de transição, o gestor e fiscais do contrato deverão acompanhar todas as etapas, garantindo que a CONTRATADA cumpra todas as exigências contratuais e que os serviços continuem a ser prestados sem prejuízos para o CRCPA.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação por escrito ou e-mail, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser

cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

5.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

5.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato, mas deve dispor de sua presença sempre que requisitado de forma imediata.

5.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

5.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

5.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

5.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

5.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

5.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

5.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

5.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto

do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

5.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

5.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

5.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

5.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

5.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

5.26.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

5.26.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

5.26.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

5.26.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

5.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

5.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

5.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

5.29.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

5.29.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

6.29.1.1 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.29.1.2 Verificação diária do cumprimento dos horários e da presença dos empregados da Contratada no local de prestação dos serviços, assegurando que todas as atividades sejam realizadas conforme o previsto no contrato.

6.29.1.3 Inspeção periódica dos materiais e equipamentos utilizados pela Contratada, garantindo que atendam às especificações técnicas descritas no contrato e no Termo de Referência.

6.29.1.4 Monitoramento da qualidade dos serviços prestados, incluindo a verificação da correta utilização de técnicas e procedimentos para assegurar os melhores resultados.

6.29.1.5 Acompanhamento das condições de segurança do trabalho, verificando se os trabalhadores estão utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e cumprindo as normas de segurança.

6.29.1.6 Fiscalização da limpeza e organização do local de trabalho, garantindo a manutenção adequada das áreas onde os serviços são prestados.

6.29.1.7 Avaliação do desempenho dos funcionários da Contratada, analisando o nível de satisfação da Contratante com a prestação dos serviços.

6.29.1.8 Notificação imediata à Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada, exigindo sua correção.

Fiscalização Administrativa

5.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

5.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

5.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

5.33.1.1. Até 1 (um) dia útil antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

5.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

5.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

5.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

5.33.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, devendo ser enviado de forma mensal:

5.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

5.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

5.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

5.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

5.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

5.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

5.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

5.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

5.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

5.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

5.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

5.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

5.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 5.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

5.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 2 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

5.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

5.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

5.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

5.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

5.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

5.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

5.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

5.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

5.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

5.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

5.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

5.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

5.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

5.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

5.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento

de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

5.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

5.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

5.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

5.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

5.55.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

5.55.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

5.56. As compensações de jornada limitam-se:

5.56.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

5.56.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

5.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

5.58. Cabe ao gestor do contrato:

5.58.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.58.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.58.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.58.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.58.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.58.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.58.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.59. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim

de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

6.2. *Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:*

6.2.1 não produziu os resultados acordados,

6.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

6.4.1 *Assiduidade: Frequência e presença dos profissionais nos postos de trabalho.*

6.4.2 *Execução dos Serviços.*

6.4.3 *Apresentação adequada dos profissionais, conforme normas de saúde e segurança do trabalho.*

6.4.4 *Pontualidade: Adesão aos horários de início e término das atividades.*

6.4.5 *Produtividade: Eficiência no desempenho das tarefas atribuídas.*

6.4.6 *Qualidade do Serviço Executado: Conformidade com os padrões estabelecidos para cada atividade.*

6.4.7 *Uniformes em bom estado de conservação, limpos e adequados à atividade desempenhada.*

6.4.8 *Relacionamento com os empregados: Capacidade de colaboração e interação positiva com os servidores do CRCPA.*

6.4.9 *Tratamento ao Público: Atendimento cortês e profissional ao público, durante a execução das atividades que envolvam contato direto.*

6.5. Ateste da Execução do Serviços

6.5.1 *Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de atesto da execução do serviço*

6.5.2 *Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.*

6.5.3 *Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto perdurar pendência na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.*

6.5.4 *Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta às certidões de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.*

6.5.5 *Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.*

6.5.6 *Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.*

6.5.7 *Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.*

6.5.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao órgão competente, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

6.5.9 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

6.5.10 PAGAMENTO

6.5.11 O pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo de serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA e após a aceitação definitiva dos serviços pelo CONTRATANTE, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto;

6.5.12 O pagamento dos serviços por demanda/sem dedicação exclusiva de mão de obra serão pagos na mesma remessa de pagamento dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente ou por pix, indicados pela CONTRATADA.

6.5.13 Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deve emitir a Nota Fiscal correspondente, em nome do Conselho Regional de Contabilidade – CRCPA, CNPJ, incluindo o nome do banco, o número da conta bancária, agência correspondente e chave pix.

6.5.14 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJs.

6.5.15 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio das certidões previstas no art. 68, incisos III a V, da Lei nº 14.133/2021 e informação do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN FEDERAL).

6.5.16 Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos sede e filiais da CONTRATADA.

6.5.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Do recebimento

6.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.8. Por se tratar de contrato com serviços por demanda, o fornecimento do serviço de mão de obra pela CONTRATADA só poderá ser iniciado após o recebimento de ordem de serviço, emitida pelo Gestor do Contrato.

6.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

6.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do serviço e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.14. A CONTRATADA tem a liberdade e a responsabilidade de utilizar sua experiência e conhecimento técnico especializado para propor outros métodos, técnicas e tecnologias que busquem aumentar a eficiência dos serviços de limpeza, desde que proporcionem os resultados esperados por esta contratação, não contrariem a legislação e sejam aplicáveis à realidade dos locais onde serão realizados os serviços, condições que serão avaliadas pela fiscalização do contrato.

6.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

6.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II

do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.25. Os pagamentos serão realizados uma vez ao mês.

6.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado ou por meio de chave pix, mensalmente, conforme prestação dos serviços.

6.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao

tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

6.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/09/2026.

6.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

6.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

6.48. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.49. *Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.*

6.50. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.51. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

6.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2026, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

Conta-Depósito Vinculada

6.53. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência

6.54. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado, por mês, devendo ser debitados dos valores depositados.

6.54.1 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

6.55. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.56. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.57. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

6.58. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

6.59. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

6.59.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

6.59.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

6.59.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

6.59.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

6.60. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.60.1 13º (décimo terceiro) salário;

6.60.2 Férias e um terço constitucional de férias;

6.60.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.60.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.61. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **7 (sete) dias**.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1. Para a infração de ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado, multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

7.2.4.7.2. Para a infração de apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7.2.4.7.3. Para a infração de praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.2.4.7.4. Para a infração de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza,

multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.2.4.7.5. Para a infração de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, estabeleço uma multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o

Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por grupos de itens.

8.2. A prestação dos serviços será realizada **com e sem dedicação exclusiva de mão de obra**, abrangendo as funções de SERVENTE DE LIMPEZA, COPEIRO(A), RECEPCIONISTA(A), E OPERADOR DE SOM E IMAGEM. A execução dos serviços deverá cumprir rigorosamente os requisitos e especificações estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

8.3. O CRCPA não terá a obrigação de contratar a totalidade dos itens licitados, considerando que o fornecimento será realizado conforme a necessidade.

8.4. Quanto a participação de Consórcio: Não será aceito consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se mostra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado. A participação ou vedação de consórcio é resultado de uma pesquisa de realidade do mercado em face do objeto a ser licitado, no qual foram base até mesmo para planilha de preços. No presente caso, de acordo com a pesquisa realizada, há diversas empresas singulares capazes de atender ao edital. Esta medida visa simplificar o processo licitatório e assegurar a agilidade e eficácia na seleção e contratação.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 8.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.25.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.29. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:
- 8.29.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 8.29.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.
- 8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências

da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

8.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.31.1 *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.32. *Comprovação de aptidão para execução de serviço similar que comprove(m) a execução de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.32.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

8.32.1.2. *contratos que comprovem a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

8.32.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

8.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.33. *A exigência da apresentação de atestado(s) de qualificação técnica visa atender o interesse público, na medida em que o futuro contratado deverá ter aptidão suficiente para desempenhar o objeto licitado, assegurando que todos os compromissos serão honrados, principalmente os relacionados aos encargos tributários e trabalhistas, e evitando que qualquer ônus proveniente da má gestão da empresa seja repassado ao CRCPA.*

Qualificação Técnico-Profissional

8.34. *A licitante deverá apresentar, quando exigido, a qualificação técnica dos profissionais que desempenharão as atividades contratadas, comprovada mediante documentos como currículos, certificados ou outros documentos compatíveis com as funções descritas.*

8.34.1 *Caso o serviço contratado exija registro técnico obrigatório junto a conselhos profissionais específicos, a licitante deverá apresentar o registro da empresa e dos profissionais responsáveis no respectivo conselho, bem como as certidões de regularidade emitidas, dentro do prazo de validade. Não será exigido registro em conselhos profissionais para atividades que não demandem regulamentação específica.*

8.35. *Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.*

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Documentação complementar para cooperativas

8.37. *Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:*

8.37.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.37.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.37.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.37.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.37.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.37.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.37.6.1. ata de fundação;

8.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 528.735,72 (quinhentos e vinte e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos), conforme custos apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

9.1.1 O valor de cada posto deve ser orçado com todos os custos da contratação.

9.2. *Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Pará.*

10.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: Coordenadoria Administrativa ;

II) Fonte de recursos: 5001 e 5008;

III) Programa de trabalho: Serviços administrativos e modernização e manutenção da estrutura física - ativo;

IV) Elemento de despesa: 6.3.1.3.02.01.048 e 6.3.1.3.02.01.008;

V) Plano interno: plano de trabalho e orçamento 2026.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. *As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.*

<div>_____ Responsável Requisitante Alex Henry Olivier Pinto Coord. Administrativo Matrícula: 075</div>	<div>_____ Membro da Equipe Gabriela Ramos dos Reis Assessora técnica Matrícula: 186</div>	<div>_____ Membro da Equipe Edimar Soares de Lima Assistente Administrativo Matrícula: 08</div>
--	---	--

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. Definição

- 1.1 Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços contratados, utilizando um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), estruturado para monitorar e garantir a conformidade dos serviços com o Termo de Referência. Esse método de avaliação mensura o desempenho da contratada por meio de indicadores mensais, assegurando que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações acordadas e pontuando eventuais não conformidades com base na frequência e gravidade das ocorrências observadas.
- 1.2 O IMR é aplicado mensalmente, após a apuração do valor dos serviços, considerando o cenário de execução do período avaliado. Este valor baseia-se nas obrigações cujo cumprimento foi comprovado pela contratada e atestado pela contratante.

**SOMATÓRIO PONDERADO DE OCORRÊNCIAS APRESENTADAS DURANTE A EXECUÇÃO
CONTRATUAL POR MÊS**

TABELA DESCRITIVA Nº 1	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme a frequência especificada no Termo de Referência.
Meta a cumprir	Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do Termo de Referência
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro para apuração total ao final de cada período avaliado.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
Início de Vigência	Data de início da Ordem de serviço
Faixas de glosa no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - Até 3 pontos: Não haverá glosa. - De 3,1 a 5 pontos: glosa de 3% sobre o valor da NF. - De 5,1 a 7 pontos: glosa de 5% sobre o valor da NF. - Acima de 7 pontos: glosa de 10% sobre o valor da NF.

TABELA DESCRITIVA Nº 2					
PLANILHA DE CONTROLE DE OCORRÊNCIAS					
ITEM	OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL

1.	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.	0,3		
2.	Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,5		
3.	Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		

4.	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado em até 48 horas.	1		
5.	Não repor a mão de obra em caso de qualquer tipo de afastamento dos funcionários.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data	2,5		
6.	Não cumprir as obrigações trabalhistas no prazo legal (salário, décimo terceiro, férias, vale-transporte e vale-alimentação), bem como não efetuar o pagamento de diárias, quando devidas, no prazo contratado	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3		

7.	Permitir a presença de empregado sem o uso do E.P.I., quando obrigatório.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
8.	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3		
9.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus funcionários.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3		

10.	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	5		
11.	Ocorrência de reclamação de usuários do serviço sobre a capacidade técnica, comprometimento, atuação ou comportamento de algum funcionário.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
TOTAL:					

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ, sob o nº _____, com sede no endereço _____, por intermédio de seu representante devidamente habilitado, o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, acompanhado do(a) servidor(a) _____, CPF nº _____, vistoriou todos os locais e instalações nos quais os serviços serão prestados tomando por perfeito e efetivo o conhecimento das condições das edificações para o correto e adequado dimensionamento da quantidade de empregados a serem alocados e das metodologias adequadas e necessárias para a correta elaboração de sua proposta para prestação do serviço objeto do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº ____/2026.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Servidor

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Declaro que, em ____/____/2026, a empresa_____, CNPJ nº_____, com sede no endereço _____, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº ____/2026, e declara estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital, responsabilizando-se por todas as consequências deste ato.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Empresa
CPF:

ANEXO VI - DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026**, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Pará, DECLARA que, no ano-calendário de realização do presente pregão eletrônico, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA
Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto.

Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

local/PA _____, de _____ de 2026.

(Nome Completo do Responsável ou preposto)

Assinatura

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ao
Conselho Regional de Contabilidade do Pará

Ref. Pregão Eletrônico Nº 00____/2026.

(NOME E QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA LICITANTE) por seu representante legal, para fins de direito e participação no edital do presente certame licitatório, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, não foi declarada inidônea para licitar e contatar com a Administração Pública, bem como, que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de comunicar e declarar a incidência de ocorrências posteriores.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2024



Documento assinado eletronicamente por **Alex Henry Olivier, Assessor**, em 15/05/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ramos dos Reis, Assessora**, em 28/05/2026, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Soares de Lima, Assistente**, em 28/05/2026, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1366845** e o código CRC **B4B3E20F**.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079612110001096.000014/2025-83

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Administrativo nº 9079612110001096.000014/2025-83

Área Demandante: Departamento Administrativo

Requisitante: Alex Henry Olivier Pinto – Coordenador Administrativo

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

2.1. Definição

2.1.2 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo analisar a viabilidade da contratação de serviços terceirizados para as dependências da sede reformada, localizada na Rua Avertano Rocha, nº 392 – Comércio - Belém / PA CEP: 66023-120;

GRUPO I a IV atendimento da nova sede (Rua Avertano Rocha, nº 392), postos fixos de prestação de serviços com mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva relacionados à limpeza e conservação, recepcionista e copeiragem, acompanhando a expansão da área física; e prestação de serviço por demanda de mão de obra sem dedicação exclusiva relacionados à limpeza e conservação, operador de som e imagem e copeiragem, convocados mediante a necessidade operacional, eventual e variável do serviço, todos decorrentes da mudança de sede, após a entrega obra do Contrato CRCPA nº 1/2024;

2.1.3 Os serviços de limpeza predial são necessários para garantir a higiene e salubridade dos ambientes de trabalho dos imóveis do CRCPA. Segundo a Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional, entende-se por limpeza e conservação predial o “processo de localizar, identificar, conter, remover e desfazer-se de forma adequada, de substâncias indesejáveis, ou seja, poluentes de uma superfície ou ambiente”. Em uma visão mais abrangente, pode-se dizer que limpeza é a remoção de quaisquer corpos indesejáveis, visíveis ou não, de uma superfície, sem alteração das características originais do item que está sendo limpo, e onde o processo utilizado não seja nocivo ao meio ambiente.

2.1.4 Os serventes de limpeza interna e externa (CBO 5143-20), asseio e conservação predial serão responsáveis pela execução dos serviços e deverão estar devidamente treinados e qualificados para tanto. Os trabalhadores do serviço de limpeza e conservação (CBO 5143-20) têm, entre outras, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as seguintes atribuições: “Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios (...). Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente”.

2.1.5 O copeiro(a) (CBO 5134-25) é necessário para desempenhar atividades de apoio em áreas de alimentação e bebidas,

preparando, servindo e distribuindo refeições leves, lanches, cafés, sucos e outras bebidas, seguindo normas de higiene e segurança alimentar. Lavar e higieniza utensílios, equipamentos, e a copa, e atende pedidos especiais.

2.1.6 A recepcionista (CBO 4221-05) deve recepcionar, prestar informações, identificar, fazer protocolo e encaminhar cidadãos e representantes do CRCPA.

2.1.7 O operador de som e imagem decorre da observância do princípio da publicidade, portanto, da necessidade eventual e por demanda, de captação, transmissão e armazenamento das atividades realizadas tem como foco ampliar a difusão das atividades desta Casa principalmente em questões afetas ao Controle Externo e a Fiscalização, possibilitando que a classe contábil e outros interessados acompanhem o seus principais atos com qualidade de áudio e visual, favorecendo assim, o conhecimento do cidadão sobre seus direitos e deveres, correlacionados ao controle e fiscalização dos recursos públicos aplicados pelo CRCPA. Não existe CBO com a denominação de operador de som e imagem, mas pela semelhança da descrição encontramos o (CBO 3731-05) - Operador de mídia audiovisual.

2.1.8 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua ausência impacta diretamente na produtividade das atividades meio e fim do Conselho regional de Contabilidade do Pará.

2.1.9 Na contratação incluem-se todos os custos operacionais, equipamentos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, taxas de administração, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

2.1.10 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.1.11 Tal estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

2.2 Justificativa da Contratação

2.2.2 A contratação dos serviços do grupo I a IV se faz necessária, em razão da mudança para nova sede do CRCPA e o fim do contratual atual, posto que o CRCPA não dispõe de empregados no quadro efetivo com a formação ou disponibilidade para o desempenho das funções descritas. A medida otimiza a gestão de recursos humanos, permitindo ao CRCPA concentrar-se em atividades finalísticas.

2.2.3 Ademais, caracterizados como essenciais, os serviços de limpeza não podem sofrer descontinuidade, sob o risco de comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, pôr em perigo a saúde do público interno e externo e macular a qualidade das atividades desenvolvidas no CRCPA. Já os serviços de copeiragem tornam-se imprescindível em razão das reuniões regimentais ocorridas mensalmente, bem como o atendimento de autoridades pela Presidência do CRCPA e alta administração. Quanto à necessidade dos serviços de recepcionista, insta salientar que recebemos diariamente profissionais da contabilidade e sociedade em geral para a solução de suas mazelas, fazendo-se necessário ainda a realização de protocolo de pedidos e o tratamento urbano e triagem do referido público. Já quanto ao operador de som e imagem possui o intuito de manipular a cabine de som do auditório do prédio localizado na Rua Avertano Rocha, e evitar o desvio de função de funcionários do nosso quadro efetivo, e suprir com mão de obra adequada a captação, monitoramento, montagem entre outras atividades relacionadas.

2.2.4 No âmbito da Administração Pública, a terceirização surge com o Decreto-Lei nº 200, de 1967, que traz a descentralização de atividades como um dos princípios fundamentais das atividades da Administração (art. 6º). Em seu art. 10, a referida norma detalha como essa descentralização será posta em prática:

DA DESCENTRALIZAÇÃO

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais: [...]

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões. [...] .

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de a **Administração procurará desobrigar-se da realização impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.**

2.2.5 A Portaria MPDG nº 443/2018, que regulamenta o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, dispõe em seu art. 1º que "No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços (...) VIII – copeiragem; (...) XIV – Limpeza; e (...) XVIII - recepção".

2.2.6 A terceirização oferece otimização de recursos, permitindo uma gestão mais flexível, especialmente diante de variações sazonais ou circunstanciais na demanda de serviços.

2.2.7 Diante disso, o presente processo de contratação visa à contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de apoio operacional, com mão de obra especializada em limpeza e conservação, Copeiro(a), recepcionista e operador de som:

Grupo I a IV: terceirizados fixos (sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra) e por demanda (sem dedicação exclusiva de mão de obra) para a sede reformada do CRCPA (Rua Avertano Rocha 392 – Comércio - Belém / PA CEP: 66023-120);

2.2.8 A divisão em grupos possibilita a alocação otimizada de recursos conforme a estrutura física e organizacional. A abertura de vários processos licitatórios independentes implicaria aumento de complexidade, custos operacionais e risco de perda de prazos — o que poderia comprometer a continuidade da prestação dos serviços.

2.2.9 A necessidade de contratação de mão de obra por demanda sem dedicação exclusiva é decorrente da existência de um plenário e um auditório na sede reformada, bem como realização de eventos de forma eventual para a desenvolvimento profissional da classe contábil (uma das atividades finalísticas) e reuniões regimentais que ocorrem pelo menos 1 vez por mês, quando o fluxo no Regional aumenta. Portanto, a previsão de serviços terceirizados por demanda, tem intuito de que tarefas extraordinárias não comprometam os postos terceirizados fixos do prédio novo.

2.2.10 Assim sendo, a terceirização visa garantir eficiência operacional, alocando os servidores do CRCPA para atividades finalísticas, enquanto as funções de apoio são executadas por profissionais especializados.

2.3 Aderência à Legislação

2.3.2 A contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta a execução indireta de atividades pela Administração Pública.

2.3.3 Adicionalmente, a contratação considera, no que couber, as diretrizes estabelecidas nas Instruções Normativas SEGES/ME nº 05/2017, nº 3/2018, nº 65/2021, nº 58/2022, nº 77/2022, nº 98/2022, entre outras aplicáveis, conforme previsto nos normativos da Administração Pública Federal.

2.3.4 Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.3.5 Consolidação das Leis de Trabalho - CLT;

2.3.6 Decreto Nº 95.247/1987 (vale transporte) e as convenções coletivas aplicáveis, a ser informada pela empresa no curso da licitação, sem prejuízo das demais disposições;

2.3.7 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

2.3.8 Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

2.3.9 Nos casos omissos toda Legislação Federal pertinente;

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

3.1. A contratação de terceirizados está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA), alinhando-se aos objetivos do planejamento estratégico e cumprimento das obrigações legais.

3.2. A previsão orçamentária para a contratação de terceirizados foi inclusa no orçamento anual, de modo a garantir que os recursos estejam disponíveis para a execução da contratação, conforme resolução de orçamento do CRCPA.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO - (art. 18, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta;

4.2. A empresa contratada deverá fornecer mão de obra qualificada com dedicação exclusiva para desempenhar funções de apoio, como servente de limpeza, copeiro(a), recepcionista e operador de som e imagem, conforme as necessidades operacionais do CRCPA;

4.3. Os empregados do contratado ficarão à disposição nas dependências do CRCPA para a prestação dos serviços;

4.4. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

- Servente de limpeza: CBO 5143-20;

- Copeiro: CBO 5134-25;

- Recepcionista CBO 4221-05;

- Operador de som e imagem, não existe CBO com esta denominação, mas pela semelhança da descrição encontramos o (CBO 3731-05) - Operador de mídia audiovisual.

4.5. A empresa contratada deverá assegurar a alocação de profissionais em regime de dedicação exclusiva, bem como aqueles sem dedicação exclusiva, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, ainda que não expressamente mencionados neste processo, garantindo o pleno atendimento às exigências legais e à regular execução dos serviços contratados.

4.6. Além disso, a empresa será responsável por fornecer os equipamentos necessários para a execução dos serviços, como uniformes e equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando necessário, de acordo com as normas regulamentadoras vigentes, não incluindo material de limpeza e material de expediente.

4.7. Os serviços de que tratam a presente contratação deverão ser executados com zelo e destreza, de acordo com as descrições e periodicidade básicas descritas neste Termo de Referência, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério do CRCPA.

4.8. Requisitos a serem atendidos pela Contratada:

- 4.8.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e exigido pelo CRCPA;
- 4.8.2. Selecionar e preparar os empregados que irão prestar os serviços, devendo a função a ser exercida por estes estar devidamente registrada em suas carteiras de trabalho;
- 4.8.3. Exigir dos empregados se apresentarem limpos e asseados, bem como o uso de uniforme, crachá com nome e fotografia recente e o uso Equipamentos de Proteção Individual EPI's. Este último quando necessário.
- 4.8.4. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CRCPA.
- 4.8.5. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- 4.8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo CRCPA;
- 4.8.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança para execução das atribuições;
- 4.8.8. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CRCPA;
- 4.8.9. Responsabilizar-se pelo registro e controle da assiduidade e da pontualidade de seu pessoal, bem como das ocorrências havidas durante a prestação dos serviços, seja quanto aos serviços terceirizados de mão de obra de dedicação de mão de obra exclusiva ou aqueles por demanda;
- 4.8.10. Instruir os seus empregados quanto à conduta adequada a ser observada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços. Contratar profissionais treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades, com conhecimento dos serviços a serem executados, de forma a garantir a efetividade do trabalho e a integridade das pessoas, do ambiente e dos equipamentos e uma relação urbana e cortes com os colaboradores do CRCPA e o público em geral;
- 4.8.11. Deverá assegurar a disponibilização diária e integral dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra e equipamentos, sem que ocorram faltas ou atrasos sem cobertura, assim como nos por demanda;
- 4.8.12. Garantir a observância das normas de segurança, pois um serviço de limpeza, asseio e conservação eficiente engloba também a proteção de seus colaboradores, por isso, quando necessário, a equipe de limpeza poderá utilizar equipamentos de proteção individual durante as suas atividades como luvas, máscara facial, botas impermeáveis com solado antiderrapante, óculos de proteção e outros exigidos pela legislação;
- 4.8.13. Fazer o uso consciente dos produtos e materiais, principalmente os serventes de limpeza, pois os mesmos variam de acordo com a área e o risco de proliferação de bactérias. Os colaboradores devem ser treinados quanto ao seu uso e instruções específicas de diluição e armazenamento. Esses cuidados garantem a eficácia da desinfecção e protegem a equipe de riscos de exposição aos componentes químicos.
- 4.8.14. Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora do certame deverá comprovar que possui sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados.
- 4.8.15. A Contratada deverá indicar preposto responsável pela orientação, coordenação e acompanhamento dos serviços

contratados, bem como pela resolução de quaisquer questões relativas ao contrato, o qual deverá comparecer às dependências do CRCPA sempre que solicitado, a fim de se inteirar das dificuldades encontradas no cumprimento do contrato, objetivando a perfeita execução dos serviços.

4.8.16. Deverá ser entregue à Contratante, no início da prestação do serviço, a carta de indicação do preposto, assinada pelo representante legal da empresa.

4.8.17. Sempre que houver, por qualquer motivo, mudança de preposto, a Contratada fica obrigada a informar à Contratante, observando as mesmas formalidades exigidas quando da primeira apresentação do preposto.

4.8.18. Os profissionais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos, e;

·**Servente de limpeza:** *Escolaridade mínima de Ensino Fundamental Completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses em atividades compatíveis.*

·**Copeira:** *Escolaridade mínima de Ensino Fundamental Completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses em atividades compatíveis.*

·**Recepcionista:** *Escolaridade mínima de Ensino Médio Completo e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em atividades compatíveis.*

·**Operador de som e imagem:** *Escolaridade mínima de Ensino Médio Completo, curso técnico relacionado (ex: Técnico em Audiovisual, Sonoplastia, etc.) e experiência profissional mínima de 1 (um) ano em operação de equipamentos audiovisuais.*

4.9. Perfil Desejado dos prestadores dos serviços da Contratada:

a) comprovação da escolaridade exigida para cada posto, fornecido por instituição de ensino reconhecido pelo CRCPA;

b) Experiência profissional;

c) Conhecer e cumprir as normas e procedimentos sanitários;

d) Demonstrar cordialidade no atendimento;

e) Demonstrar paciência;

f) Trabalhar em equipe;

g) Demonstrar iniciativa;

h) Demonstrar prudência;

i) Demonstrar agilidade;

j) Demonstrar controle emocional;

k) Demonstrar capacidade de organização;

l) Demonstrar discrição.

4.10. Além das competências citadas no item anterior, todos os profissionais da contratada deverão possuir as seguintes competências pessoais:

a) Capacidade de trabalhar em equipe;

b) Capacidade de manter-se atualizado sobre novas técnicas, produtos e procedimentos;

- c) Criatividade;
- d) Autocontrole para lidar com situações adversas à área de atuação;
- e) Inteligência emocional para trabalhar de forma tranquila mesmo em momentos de estresse;
- f) Resiliente para se adaptar ao novo ambiente;
- g) Organizado, eficiente e comprometido com o trabalho;
- h) Tratar as pessoas com urbanidade e respeito, utilizando a forma de comunicação em linguagem formal, em tom moderado, evitando-se o uso de gírias, jargões, palavrões, expressões coloquiais ou qualquer outra forma diversa da estabelecida pela Administração;
- i) Demonstrar atenção, iniciativa e criatividade no desempenho do trabalho;
- j) Controle emocional e capacidade para enfrentar e/ou solucionar situações de emergência;
- k) Possuir responsabilidade, formalidade e postura ética;
- l) Demonstrar dinamismo na busca de soluções para melhoria da qualidade dos serviços;
- m) Proativo e organizado;
- n) Comunicar-se com clareza;
- o) Cuidadoso com utilização diária do uniforme completo e crachá, bem como pelo comparecimento ao posto de trabalho em boas condições de higiene pessoal para o acesso às dependências do CRCPA;
- p) Abster-se da execução de atividades alheias aos serviços do posto;
- q) Cumprir a jornada de trabalho estabelecida;
- r) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou, na suspeita de envolvimento desse, à Coordenação Administrativa todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio da Administração;
- s) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou, na suspeita de envolvimento desse, à Coordenação Administrativa qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- t) Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- u) Registrar e controlar, em conjunto com a Administração, diariamente, a frequência no posto e a pontualidade, bem como as ocorrências;
- v) Cumprir todas as determinações e normas estabelecidas pela legislação sobre medicina e segurança do trabalho, inclusive no tocante ao uso de EPI, se necessário;
- w) Executar as demais tarefas determinadas pelo preposto e que sejam compatíveis com o seu cargo;
- x) Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações, em especial, dos bens que utilizar no desempenho de suas funções, apontando os consertos que se fizerem necessários;

y) Guardar sigilo de documentos, assuntos tratados e informações às quais, por qualquer meio, venha a ter acesso no exercício de suas funções, referentes à Administração Pública, servidores, contribuintes ou qualquer outra que, por sua natureza, não devam ser divulgados. Em caso de descumprimento do sigilo mencionado antes, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil;

z) Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato.

4.11. Natureza do serviço e duração do contrato

4.11.1. Os serviços a serem prestados tem a natureza de serviços comuns, de recepcionista, copeiragem, limpeza e conservação, e operador de som e imagem, cujo os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital com especificações usuais de mercado. Visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento das atividades finalísticas do órgão;

4.11.2. Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de acordo com o conceito previsto no art. 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades e afetar o atingimento dos objetivos institucionais do CRCPA e a sua execução depende de mão de obra não prevista nos quadros da Autarquia.

4.11.3. Regime de Execução Indireta, já que a prestação dos serviços ocorrerá através de mão de obra com regime de dedicação exclusiva e através de regime de dedicação de mão de obra sem exclusividade (nos casos por demanda), de forma continuada, pelo período inicial de 2 (dois) anos para o grupo I a IV; pelo qual poderá ser prorrogado por período sucessivo, até o limite legal, conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.11.4. A vigência prolongada assegura a continuidade dos serviços, evitando interrupções e a realização de novas licitações a cada ano. Para o contratado, isso proporciona maior segurança e previsibilidade, enquanto para a administração pública, reduz o risco de descontinuidade em serviços essenciais.

4.11.5. Mesmo em contratos de longa duração, a lei prevê ajustes sempre que necessário, caso ocorram mudanças nas condições econômicas. Isso garante flexibilidade e a manutenção da equidade entre as partes ao longo da execução do contrato.

4.11.6. Assim, a contratação por 2 (dois) anos para o grupo I a IV se mostra mais vantajosa, pois proporciona maior previsibilidade, gera economia de escala e reduz custos operacionais, além de garantir estabilidade e continuidade nos serviços, beneficiando tanto a administração pública quanto os fornecedores.

4.12. Local de Prestação dos Serviços, Frequência e Fluxo de Pessoas:

Tipo	Endereço	Características dos imóveis	Fluxo de Pessoas
Grupo I a IV	Rua Avertano Rocha 392 – Comércio - Belém / PA CEP: 66023-120.	3 pavimentos, com área externa, fachada e janelas envidraçadas, 2 copas, 1 recepção, auditório, plenário e estúdio.	Média de 33 funcionários e previsão de até 30 pessoas diariamente de público externo.

4.12.1. A prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, cada posto será de 5 (cinco) dias por semana (seg. à sex.), 8 horas diárias, com intervalo intrajornada de 1 hora/dia.

4.12.2. A prestação de serviços de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva (por demanda), ocorrerá de acordo com as horas solicitadas, de segunda a sábado. E serão solicitados pelo CRCPA, ao contratado, em até 48h antes da necessidade.

4.12.3. Os serviços relativos aos postos de trabalho serão realizados entre 7hs e 22hs, conforme deliberado pelo CRCPA.

4.13. **Carga Horária e Condições de Trabalho:** A carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais.

4.4 **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 **Vistoria prévia:** Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços, com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta, execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, acompanhado por funcionário designado para esse fim;

4.5.1 A vistoria prévia deve ser agendada em dia útil e no horário de funcionamento das unidades do órgão, de segunda a sexta-feira, de 8h30min a 11h00min e de 13h30min a 16h00min, por meio do telefone (91) 3202-4166 ou (91) 3202-4160 ou do e-mail pregoeiro@crcpa.org.br c/c para administrativo@crcpa.org.br, licitacao@crcpa.org.br e compras@crcpa.org.br.

4.5.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8 A Contratada que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração Pública para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever as condições da contratação.

4.9 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.10 **Garantia da execução:** A Administração, no exercício de sua prerrogativa legal, exigirá a prestação de garantia de execução, conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1 Essa medida visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, resguardando o interesse público e garantindo a conclusão dos serviços nos prazos e condições estabelecidos. A exigência da garantia contribui para a proteção do erário público, incentivando o comprometimento das empresas participantes do certame e assegurando a reparação de eventuais danos causados à Administração, sem prejuízo à continuidade dos serviços. As modalidades e demais condições da garantia serão detalhadas no Termo de Referência e no contrato.

5 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

5.1 Estimativa de Quantidades

5.1.1 Dada a impossibilidade de prorrogação do atual contrato e a necessidade de garantir a continuidade das atividades operacionais do CRCPA, torna-se imprescindível a contratação dos quantitativos indicados a seguir:

GRUPO I	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120 Belém-PA	Frequência
Item 1	02 serventes de limpeza	Seg a Sex 8h/dia
Item 2	01 servente de limpeza - (por demanda)	192h

GRUPO II	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120 Belém-PA	Frequência
Item 3	01 copeiro(a)	Seg a Sex 8h/dia
Item 4	01 copeiro(a) - (por demanda)	192h

GRUPO III	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120 Belém-PA	Frequência
Item 5	01 recepcionista (a)	Seg a Sex 8h/dia

GRUPO IV	Rua Avertano Rocha, 392- Comércio, CEP 66023-120 Belém-PA	Frequência
Item 6	01 operador (a) de som - (por demanda)	192h

5.1.1.1 As quantidades especificadas no grupo I item 1, encontram-se calculadas conforme IN SEGES 5/2017, ANEXO VI-B, em anexo. Se justifica ainda, na ampliação do prédio recém reformado, bem como na existência de área externa;

5.1.1.1.1 As áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas na projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa. Para reforçar esse conceito, a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins.

5.1.1.2 As quantidades especificadas do grupo II, item 1, se justificam na quantidade atualmente vigente;

5.1.1.3 As quantidades especificadas no item III, se justifica na necessidade de atendimento ao público e a existência de um posto de recepção/atendimento e protocolo no layout do prédio em anexo.

5.1.1.4 As quantidades previstas no grupo I, item 2, grupo II, item 4 e grupo IV foram calculadas em horas, baseada na frequência de reuniões regimentais 12 (1/mês) x 8h/dia, mais quantidade de pelo menos 12 eventos (1/mês) x 8h/dia tendo em vista que o novo prédio possui auditório e plenário, sendo dias de maiores fluxos no regional.

5.1.1.5 Os serviços por demanda poderão ser realizados fora da sede do CRCPA (como auditórios, teatros, e eventos realizados pelo CRCPA), limitados a região metropolitana, em locais previamente estabelecidos e comunicados pelo CRCPA ao contratado até 48h antes.

5.1.1.5.1 A depender da quantidade de horas/dia solicitadas por demanda para a prestação do serviço, a Contratante dará o intervalo intrajornada correspondente previsto na CLT.

5.1.1.5.2 Os serviços por demanda (grupo I, item 2, grupo II, item 4 e grupo IV) são sem dedicação exclusiva. O posto será convocado somente na necessidade do serviço. Não é recomendável quando existem serviços constantes e intermitentes;

5.1.1.5.3 Quanto ao item 2 do grupo I, quando solicitado, será responsável pela limpeza e conservação de áreas Internas de até: Pisos acarpetados: 400 m²; Pisos frios: 400 m²; Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 500 m²; e Banheiros: 100m², metade do previsto na IN 5/2017, razão pela qual não superará a necessidade de 1 servente por solicitação;

5.2.2 As quantidades dos itens foram baseadas conforme a necessidade do órgão por M², respeitando as normas vigentes e o dimensionamento da área física a ser limpa, asseada e conservada foi obtido com base na medição da área total ocupada.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.2 Análise de Mercado

6.2.1 Após uma busca por soluções que pudessem fomentar a demanda apresentada para contratação de apoio administrativo, a equipe de planejamento deparou-se com possíveis tipos, quais sejam:

- Postos de trabalho sem dedicação exclusiva de mão-de-obra

Nessa solução de mercado, não existe a alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, nem dedicação exclusiva, assim, a efetiva execução da atividade contratada será realizada, apenas, quando provocada a demanda, geralmente relacionados a serviços de pronto atendimento.

- Postos com dedicação exclusiva de mão-de-obra

Nessa modalidade, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pelo órgão ou entidade.

6.2.2 Outras opções são o concurso público e o processo seletivo (contratação pelo período de 2 anos prorrogáveis por igual período), contudo, essas duas hipóteses geralmente se apresentaram mais onerosas e nem sempre tem rápida adequação as mudanças das necessidades dos órgãos.

6.2.3 Com base nas pesquisas feitas em sítios eletrônicos, observou-se que alguns órgãos optam pela contratação com fornecimento de materiais, o que não será o caso deste CRCPA, já que possui materiais de limpeza em estoque, a exemplo.

6.2.4 Por ser um contrato temporário, a rotatividade é alta, o que prejudica a continuidade dos serviços e aumenta a quantidade de treinamentos de novos colaboradores.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.2 Valor Estimado

7.1.1 O valor estimado da contratação foi calculado com base nas quantidades e nos preços unitários de mercado, conforme referências obtidas no banco de preços, tendo como objetivo a elaboração de um orçamento preliminar. Como resultado, apurou-se o valor de R\$ 604.721,04 para a vigência de dois anos de contrato.

8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

8.1 Analisando contratações realizadas por outros órgãos públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e alternativas de solução disponíveis para o suporte demandado, de forma a aperfeiçoar a contratação do CRCPA, demonstrou-se que a execução de serviços de maneira indireta, por meio de terceirização da mão de obra com dedicação exclusiva para os postos de recepcionista, copeiragem e servente de limpeza (prevista nos itens 1, 3 e 5 dos grupos I, II e III), a serem executados com mão de obra terceirizada com regime de dedicação exclusiva para as atividades auxiliares à Administração, como vem sendo utilizada nos últimos anos por este CRC, é a forma mais aplicada dentro da Administração Pública e a que mais se adequa às presentes necessidades do órgão.

8.2 Contudo, atualmente, os contratos de mão de obra terceirizada com dedicação com regime de dedicação exclusiva não suprem demandas eventuais que vem se apresentando ao CRCPA no exercício de suas atividades finalísticas de desenvolvimento profissional, razão pela qual se faz necessário, ainda, a contratação de mão de obra terceirizada sem regime de dedicação exclusiva para demandas eventuais.

8.3 Os contratos deverão possuir vigência de 2 (dois) anos, prorrogáveis por períodos sucessivos até o limite legal, conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, para o grupo I a IV, se mostrando a solução mais vantajosa, pois proporciona maior previsibilidade, gera economia de escala e reduz custos operacionais, além de garantir estabilidade e continuidade nos serviços, beneficiando tanto a administração pública, quanto os contratados.

8.4 A solução trará maior economicidade ao erário público além de transferir parte dos riscos associados à gestão de pessoal, para a empresa terceirizada e garantirá eficiência e assegurará a realização dos serviços com segurança e agilidade sem gerar vínculo empregatício com o CRCPA.

8.5 A contratação será realizada por meio de licitação, modalidade pregão eletrônico por se tratar de serviço comum, em conformidade com o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21, com critério de julgamento de menor preço por grupo, considerando as vantagens econômicas da contratação com empresas especializadas e especificidades de cada prédio.

8.6 Será adotado o uso de Conta-Depósito Vinculada (CDV), conforme previsto na IN SEGES nº 05/2017, como medida de mitigação de riscos trabalhistas e financeiros.

8.1.1 Os serviços deverão ser prestados por empresa do ramo de mão de obra terceirizada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO o (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133 2021)

9.1 A contratação será estruturada em 4 grupos distintos, baseada na localização física da unidade do CRCPA e tempo de vigência de cada item. Cada grupo permitirá gestão independente e especializada. Sendo assim, para a presente contratação, o objeto será parcelado, se restringindo a parcela para cada grupo. Essa decisão fundamenta-se na economia alcançada e na eficiência da gestão e fiscalização do contrato.

9.2 Agrupar os serviços em cada grupo reduz significativamente os custos operacionais e administrativos, simplificando a supervisão diária, a avaliação de desempenho e a verificação das documentações legais e trabalhistas, dado número reduzido de em média 33 funcionários que, ao observar a segregação de funções, fica ainda mais restrito.

9.3 Destaca-se ainda, que os grupos I a IV foram divididos de acordo com a natureza do serviço prestado, dando ampla concorrência aos interessados nos grupos e diminuindo o risco de possíveis fracassos da licitação.

9.1.1 Cabe ressaltar que um único processo licitatório irá auxiliar a administração, na gestão e fiscalização dos contratos, no acompanhamento dos serviços e na fiscalização, além da economia em escala que se espera alcançar com todos os postos de trabalho necessários contando em um único certame.

9.1.2 Devido à natureza contínua e uniforme dos serviços, a contratação será realizada com pagamentos mensais, garantindo eficiência e economia administrativa. Nesse sentido, trazemos a colação o seguinte entendimento:

Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário “[Enunciado] Incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento do objeto da licitação não restringe indevidamente a competitividade do certame, bem como promove ganhos para a Administração Pública. O postulado que veda a restrição da competitividade (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993) não é um fim em si mesmo, devendo ser observado igualmente o princípio constitucional da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) e, ainda, o ganho de escala nas contratações consolidadas (art. 23, § 1º, in fine, da Lei 8.666/1993);”

10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1 Espera-se, com essa contratação, que as demandas rotineiras de serviços considerados acessórios da instituição sejam supridas com essa contratação de empresa terceirizada, de forma que a instituição possa envidar esforços nas atividades finalísticas a que se destina. De forma específica, seguem outros resultados pretendidos:

- Garantir a boa execução dos serviços de apoio administrativo, embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Permitir a alocação dos servidores para atividades típicas institucionais, permitindo que colaboradores terceirizados executem as atividades necessárias ao suporte daquelas;
- Manter a qualidade na prestação dos serviços do CRCPA;
- Economicidade, ao realizar contratação de profissional especializado e, colocar os itens em grupos visando a eficiência na contratação, gerando dinamismo e rapidez no atendimento a demanda;
- A prestação de serviços com maior eficiência;
- Soluções mais rápidas às demandas internas e sua consequente repercussão nos serviços ofertados por este CRC;
- Menor dispêndio financeiro com atividades de pouca complexidade e melhor alocação dos recursos nestas atividades. Além disso, com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios: Padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;
- Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da contratação centralizada; - Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- Maximização dos resultados da governança administrativa;
- Favorecimento da qualidade de vida saúde e segurança do quadro de colaboradores;
- Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, ACTs, colaboradores terceirizados; etc. Desta forma, o CRCPA poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 1 X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.1 Para fomentar a execução dos serviços, CRCPA deverá promover ações necessárias para o cumprimento do contrato por parte da contratada. A título de exemplo, podemos citar:

- Disponibilização de local físico para guarda dos materiais e equipamentos solicitados para os postos de trabalho;
- Manter vigente os outros serviços e demais contratações que guardem relação com a execução dos serviços a serem prestados nessa contratação;

·No tocante a devida fiscalização de contrato, sugere-se que a CRCPA tome as providências necessárias para munir os futuros fiscais de informações relacionadas à plena execução deste contrato, fornecendo, se necessário, curso de capacitação específico voltado para fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados.

·Treinamento da equipe interna: A Administração deverá capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, garantindo que os processos de controle sejam realizados adequadamente, com o intuito de garantir o cumprimento dos prazos, qualidade e conformidade do serviço prestado pelo fornecedor.

12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.1 Para o serviço de recepcionista é necessário a utilização de material de escritório (lápiz, caneta, borracha, grampeador, papel A4 etc.), os quais serão fornecidos pelo CRCPA, sendo dependente do processo de aquisição de material de expediente;

12.2 Para o serviço de servente de limpeza, os produtos serão fornecidos pela contratante, sendo dependente do processo de aquisição de material de limpeza e higiene;

12.3 Para o serviço de copeira, o fornecimento de material de copa e cozinha (café, leite e açúcar etc.), serão fornecidos pelo CRCPA, sendo dependente do processo de aquisição de gêneros alimentícios;

13 DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (art. 18, § 1º, XII, Federal nº 14.133, de 2021)

13.1 Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

13.2 Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto em legislação vigente.

13.3 Ainda sobre o tema, a Contratada necessariamente deverá realizar um programa interno de treinamento de seus prestadores de serviços:

- a) Nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos;
- b) Nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual e anualmente, referente a medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e moral.

13.4 Os prazos definidos para o treinamento dos prestadores de serviços poderão ser alterados desde que autorizado pelo gestor do contrato.

13.5 A contratação de serviços terceirizados, embora não gere impactos ambientais significativos de forma direta, apresenta oportunidades para a adoção de práticas mais sustentáveis. Potenciais impactos ambientais associados a essa modalidade de contratação incluem a geração de resíduos sólidos, o consumo excessivo de água e energia elétrica, e o uso inadequado de materiais. Para mitigar esses impactos, recomenda-se a implementação das seguintes medidas:

Gestão de resíduos: Implementação de programas de reciclagem, separação adequada e destinação correta dos resíduos, priorizando a reutilização e a minimização do descarte;

Uso eficiente de recursos: Implementação de práticas de economia de água e energia, e promoção da reutilização de materiais.

Eficiência energética: Sensibilização para o uso racional da energia.

13.6 Todos os descartes deverão ser realizados pelo Contratado, segundo as recomendações normativas sobre o assunto,

dando um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

13 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSID QUE SE DESTINA:

13.7 Adequação e Viabilidade

14.1.1 Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra terceirizada para funções auxiliares à Administração, ora apresentada, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação para o adequado atendimento às demandas apresentadas.

14.1.2 A contratação, dividida em grupos é técnica e economicamente viável, atende às diretrizes legais e promove a continuidade e eficiência das atividades administrativas do CRCPA.

14.1.3 Dessa forma, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.8 Documentos Avaliados

14.2.1 Foram avaliados documentos como a Resolução de orçamento do CRCPA 2026 e o Plano de Trabalho CRCPA – 5013, assegurando que a contratação esteja em conformidade com a legislação e as diretrizes institucionais.

14.2.2 A quantidade de terceirizados, salvo servente de limpeza, também foi baseada na demanda enviada pelo gabinete da presidência e da planta da nova sede do CRCPA, através do Memorando nº 19/2025 - ADM.

14.2.3 A contratação por grupos foi atestada por consulta prévia feita ao departamento jurídico, no qual aprovou a prática da contratação, através do Parecer Jurídico nº 31/2025.

15 EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTA ETP

<div>Responsável Requisitante</div> <div>Alex Henry Oliver Pinto</div> <div>Coordenador Administrativo</div> <div>Matrícula: 152</div>	<div>Membro da Equipe</div> <div>Gabriela Ramos dos Reis</div> <div>Assessora técnica</div> <div>Matrícula: 186</div>	<div>Membro da Equipe</div> <div>Edimar Soares de Lima</div> <div>Assistente Administrativo</div> <div>Matrícula: 08</div>
---	--	---

Documento assinado eletronicamente por **Alex Henry Olivier, Assessor**, em 15/05/2026, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ramos dos Reis, Assessora**, em 28/05/2026, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Soares de Lima, Assistente**, em 28/05/2026, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1367501** e o código CRC **44368EB3**.

Referência: Processo nº 9079612110001096.000014/2025-83

SEI nº 1367501

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS CONTÍNUOS COM E SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –
LICITAÇÃO**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

(Processo Administrativo nº 9079612110001096.000014/2025-83)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A ENTIDADE, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ - CRCPA**, com sede na Avenida Presidente, 640, 5º andar, na cidade de Belém/Estado do Pará inscrito no CNPJ sob o nº 04.977.518/0001-30, neste ato representado pelo Sr. Ailton Ramos Corrêa Junior – Presidente do CRCPA, nomeado pela Ata Plenária Ordinária n.º 809, de 03 de janeiro de 2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos, *por empresa especializada em administração de mão de obra terceirizada, para a prestação de serviços de servente de limpeza, copeiro(a), recepcionista e operador de som e imagem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO I	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
1	SERVENTE DE LIMPEZA		UND	2			
2	SERVENTE DE LIMPEZA (por demanda)		HORA	192			
VALOR TOTAL							

GRUPO II	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
1	COPEIRO(A)		UND	1			
2	COPEIRO(A) (por demanda)		HORA	192			
VALOR TOTAL							

GRUPO III	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
1	RECEPCIONISTA		UND	1			
VALOR TOTAL							

GRUPO IV	CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
1	OPERADOR(A) DE SOM E IMAGEM (por demanda)		HORA	192			
VALOR TOTAL							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **2 anos contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*

2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. **O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 dias*;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

- 9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.48.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.49. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

9.50. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

9.51. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCPA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** poderão ser arredondados em 2 casas decimais

Processo 9079612110001096.000014/2025-83 - Pregão Eletrônico

CARGO:

A LICITANTE deverá elaborar uma planilha para cada posto com dedicação exclusiva de mão de obra, considerando as especificações de cada cargo conforme consta no Termo de Referência (TR)

Dados da mão de obra para composição dos custos		
1	Data de apresentação da proposta	
2	Serviço	
3	Tipo de jornada	
4	Unidade de Medida	
5	Quantidade da unidade de medida	
6	Quantidade de empregados por unidade de medida	
7	Nº de meses de execução contratual	
8	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	
9	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
10	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
11	Município/UF	
12	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	
13	Data base da categoria	

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	R\$ -
C	Adicional de insalubridade	R\$ -
D	Adicional noturno	R\$ -
E	Adicional de hora noturna reduzida	R\$ -
F	Adicional Horas extras	R\$ -
G	Reflexo no DSR	R\$ -
H	Outros	R\$ -
		R\$ -

	TOTAL DA REMUNERAÇÃO (A+B+C+D+E+F+G+H)	R\$ 0,00
--	---	-----------------

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1: 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	%	R\$ -
B	Adicional de Férias	%	R\$ -
SUBTOTAL (A+B)			R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 no 13º, férias e adicional de férias	0,00%	R\$ -
TOTAL DE 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS (A+B+C)			R\$ -

Nota 1: As férias estão orçadas no submódulo 4.1.

SUBMÓDULO 2.2: Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (no caso de optante pela desoneração, zerar esse item e incluir no Módulo 6)	%	R\$ -
B	Salário Educação	%	R\$ -
C	RAT Ajustado (RAT x FAP)	%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	%	R\$ -
F	SEBRAE	%	R\$ -
G	INCRA	%	R\$ -
H	FGTS	%	R\$ -
TOTAL GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES (A+B+C+D+E+F+G+H)		0,00%	R\$ -

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

SUBMÓDULO 2.3: Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte - (valor do VT*2*número de dias trabalhados)-(salário base*%) - CCT	R\$ -
B	Vale-alimentação - CCT	R\$ -

C	(-) Desconto do vale-alimentação - CCT	R\$	-
D	Outros Benefícios/outros descontos	R\$	-
E	Outros Benefícios/outros descontos	R\$	-
F	Outros Benefícios/outros descontos	R\$	-
G	Outros Benefícios/outros descontos	R\$	-
H		R\$	-
I	Intervalo Intrajornada	R\$	-
TOTAL BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS (A+B+C+D+E+F+G)		R\$	-

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 0,00

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
F	Multa do FGTS	%	R\$ -
TOTAL PROVISÃO PARA RESCISÃO			R\$ -

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

SUBMÓDULO 4.1: Ausências legais

4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	0,00%	R\$ -
B	Substituto nas Ausências legais	0,00%	R\$ -
C	Substituto nas Licença paternidade	0,00%	R\$ -
D	Substituto nas Ausências por acidente de trabalho	0,00%	R\$ -
E	Substituto em outros afastamentos – Ex. Ausência por doença	0,00%	R\$ -
F	Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre as ausências legais – (A+B+C+D+E) x % do submódulo 2.2	0,00%	R\$ -
G	Afastamento Maternidade (Férias pagas ao substituto pelos 120 dias de reposição)	0,00%	R\$ -
H	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre as férias pagas ao substituto pelos 120 dias de reposição	0,00%	R\$ -
I	Incidência do submódulo 2.2 sobre remuneração e 13º salário proporcionais aos 120 dias de reposição	0,00%	R\$ -
TOTAL AUSÊNCIAS LEGAIS (A+B+C+D+E+F+G+H+I)			R\$ 0,00

SUBMÓDULO 4.2: Intraornada

4.2	Intraornada		Valor (R\$)
A	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intraornada)	0,00%	
TOTAL INTRAJORNADA (A)			R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	R\$ -
4.2	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intraornada)	R\$ -
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	EPI	R\$ -
E	Outros	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
---	------------------------------------	---	-------------

A	Custos Indiretos		R\$	-
B	Lucro	0,00%	R\$	-
C	Tributos		R\$	-
	C.1 Tributos Federais		R\$	-
	C.1.1 PIS	0,00%	R\$	-
	C.1.2 COFINS	0,00%	R\$	-
	C.2 Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), caso beneficiada pela desoneração		R\$	-
	C.3 Tributos Municipais	0,00%	R\$	-
	C.3.1 - ISS	0,00%	R\$	-
	C.3.2 - outros		R\$	-
TOTAL				R\$ 0,00

2 - QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos diversos	R\$ -
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
Valor total por empregado		R\$ 0,00

(INCLUIR TIMBRADO)

PROPOSTA RESUMO

OBJETO:	Contratação de serviços contínuos de empresa especializada em administração de mão de obra terceirizada para prestação de serviços de SERVENTE DE LIMPEZA, COPEIRO(A), RECEPCIONISTA(A), E OPERADOR DE SOM E IMAGEM , a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.							
---------	---	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO I	DESCRIÇÃO - CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	CATSER	VIGÊNCIA DO CONTRATO	UNID. MEDIDA	QTD.	Vir. Unit.	Vir. Mensal	Vir. Total
1	SERVENTE DE LIMPEZA		2 anos	UND.	2			
2	SERVENTE DE LIMPEZA (por demanda)		2 anos	HORA	192h		-	
TOTAL								

GRUPO II	DESCRIÇÃO - CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	CATSER	VIGÊNCIA DO CONTRATO	UNID. MEDIDA	QTD.	Vir. Unit.	Vir. Mensal	Vir. Total
1	COPEIRO(A)		2 anos	UND.	1			
2	COPEIRO(A) (por demanda)		2 anos	HORA	192h		-	
TOTAL								

GRUPO III	DESCRIÇÃO - CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	CATSER	VIGÊNCIA DO CONTRATO	UNID. MEDIDA	QTD.	Vir. Unit.	Vir. Mensal	Vir. Total
1	RECEPCIONISTA		2 anos	UND.	1			
TOTAL								

GRUPO IV	DESCRIÇÃO - CRCPA - Rua Avertano Rocha, Nº 392- Comércio, CEP 66023-120, Belém-PA	CATSER	VIGÊNCIA DO CONTRATO	UNID. MEDIDA	QTD.	Vir. Unit.	Vir. Mensal	Vir. Total
1	OPERADOR(A) DE SOM E IMAGEM (por demanda)		2 anos	HORA	192h			

TOTAL			
-------	--	--	--

VALIDADE DA PROPOSTA: (60) DIAS CORRIDOS A PARTIR DO RECEBIMENTO.
DECLARAMOS , para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do material; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) os encargos incidentes; 4) custos da entrega; 5) outros que incidam ou venham a incidir sobre os preços a setor ofertado.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ISSINARÁ O CONTRATO DECORREENTE DESTA LICITAÇÃO:	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	
NACIONALIDADE:	
ESTADO CIVIL:	
FUNÇÃO:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	
CPF:	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:	
NOME DA RAZÃO SOCIAL:	
BANCO N.º:	
NOME DO BANCO:	
AGÊNCIA N.º:	
CONTA CORRENTE N.º:	
CHAVE PIX:	
CNPJ:	

LOCAL, DEDE 2025

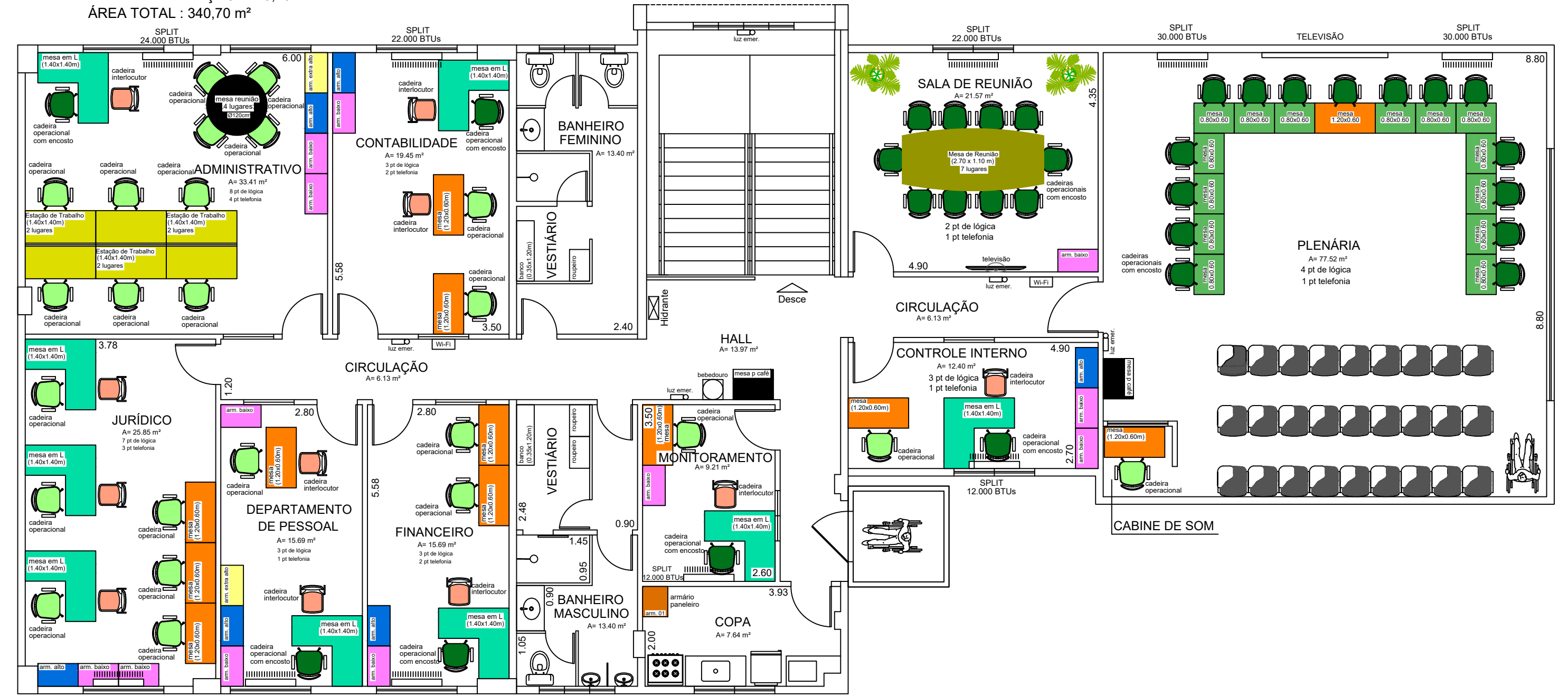
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
 NOME, ASSINATURA

PRIMEIRO PISO: REFORMA E ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES
ÁREA DA EDIFICAÇÃO : 338,15 m²



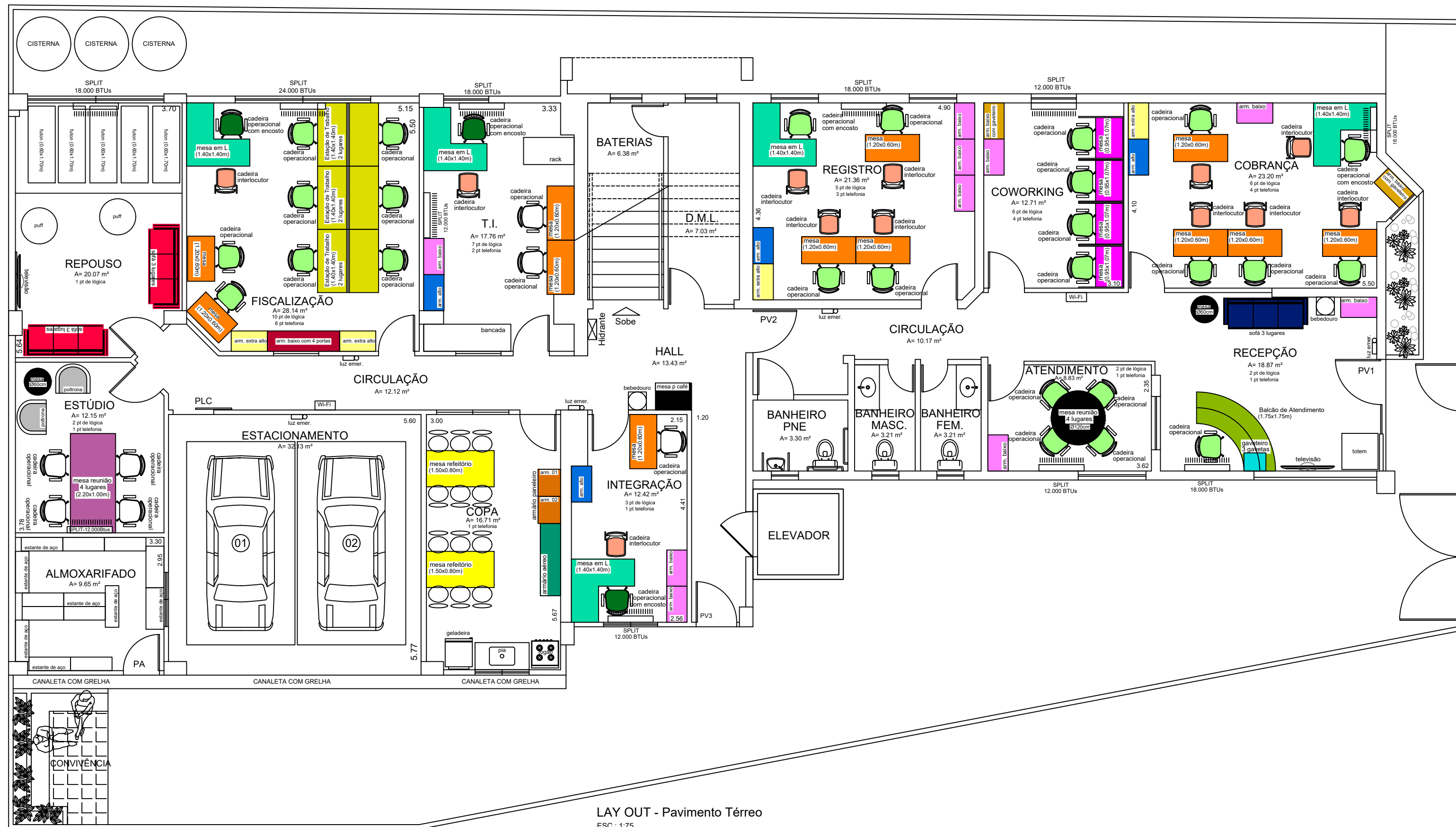
LAY OUT - Primeiro Pavimento
ESC.: 1/75

SEGUNDO PISO: REFORMA, ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES E AMPLIAÇÃO
ÁREA DA REFORMA : 215,44 m²
ÁREA DA AMPLIAÇÃO : 125,26 m²
ÁREA TOTAL : 340,70 m²



LAY OUT - Segundo Pavimento
ESC.: 1/75

PAV. TÉRREO: REFORMA E ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES
ÁREA DA EDIFICAÇÃO : 330,77 m²



LAY OUT - Pavimento Térreo
ESC.: 1/75

LEGENDA:

- Armário Alto 2 Portas - 14 unidades
- Armário Baixo 2 Portas - 28 unidades
- Armário Baixo 4 Portas - 1 unidade
- Armário Baixo com Porta e Gaveteiros - 2 unidades
- Gaveteiro 3 Gavetas Recepção - 1 unidade
- Armário Copas (Micro-ondas e Air Fry) - 3 unidades
- Armário Aéreo Copa Térreo - 1 unidade
- Armário Extra Alto - 8 unidades
- Mesa CallWorking - 4 unidades
- Balcão de Atendimento Recepção - 1 unidade
- Cadeira Coordenador - 50 unidades
- Cadeira Fixa Interlocutor - 28 unidades
- Cadeira Operacional - 63 unidades
- Mesa Plataforma Dupla - 8 unidades
- Mesa de Trabalho (1.20 x 0.60 m) - 23 unidades
- Mesa em L (1.40 x 1.40 m) - 19 unidades
- Sofá de 3 Lugares (Reposou e Secretaria) - 3 unidades
- Sofá de 3 Lugares (Recepção) - 1 unidade
- Cadeira Presidente - 1 unidade
- Poltrona de Espera Estofada - 4 unidades
- Poltrona Plenária - 27 unidades
- Mesa de Reunião Retangular (2.20 x 1.00 m)
- Mesa Redonda (D= 1.20) - 2 unidades
- Mesa de Reunião Semi-Oval - 2 unidades
- Mesa de Trabalho Retangular (1.60x0.68 m) - 1 unidade
- Mesa Redonda de Apoio (D= 60 cm) - 6 unidades
- Mesa da Presidência - 1 unidade
- Mesa para Café - 4 unidades
- Mesa para Plenária (80 x 60 cm) - 14 unidades
- Poltrona Sala da Presidência - 2 unidades
- Sofá 3 Lugares Recepção - 1 lugar
- Mesa da Copa - 2 unidades